



Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A

Dezembro 2023

***Banco BTG
Pactual S.A.***
***Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco BTG Pactual S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A. e suas controladas ("Instituição" ou "Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BTG Pactual S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

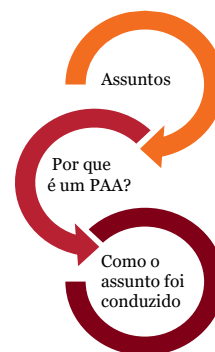
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi planejada e executada considerando que as operações da Instituição não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.





Banco BTG Pactual S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez

Conforme divulgado nas notas 3 (b), 4(b), 4(d), 7, 8 e 9, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para valorização de instrumentos financeiros e/ou dados observáveis.

Mantivemos essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações financeiras.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos que envolvem a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros relacionados à: (i) registro e confirmação dos dados das operações, (ii) critérios para a mensuração do valor justo e (iii) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos para os saldos patrimoniais e de resultado.

Efetuamos, também, (i) testes sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a mensuração do valor justo, e (ii) reperformance independente, em base amostral, dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros e de acordo com os requerimentos das normas contábeis IFRS.

Consideramos que os critérios adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas 3 (b), 4(b e c) e 12, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é estimada com base na análise das operações e dos riscos específicos apresentados, levando em consideração os termos contratuais, os cenários de perda ponderados pela probabilidade, a classificação de risco do cliente em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, de acordo com os critérios estabelecidos pelo IFRS 9.

Mantivemos esta como uma área de foco em nossa auditoria, pois aplicação de diferentes critérios e julgamento na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos relacionados a: (i) concessão de crédito, (ii) classificação de risco dos clientes e (iii) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares.

Efetuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações, (ii) testes quanto a validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito em base amostral, com auxílio de nossos especialistas, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteira mais



Banco BTG Pactual S.A.

Porque é um PAA

significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

significativas; (iii) testes sobre a classificação nos estágios previstos no IFRS 9, e (iv) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão.

Consideramos os critérios adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ativos fiscais diferidos em controlada consolidada

Conforme divulgado nas notas 2 e 22, o Banco Pan S.A. (Banco), controlada indireta da Instituição, incluída no processo de consolidação nas demonstrações financeiras consolidadas, apresenta ativos fiscais diferidos no total de R\$ 3,3 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses ativos fiscais diferidos. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Mantivemos esta como uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos ativos fiscais diferidos.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos processos de apuração e registro, bem como o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos ativos fiscais diferidos.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo seu Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização. As premissas e critérios adotados pela administração são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do ativo fiscal diferido e estão alinhadas com as informações aprovadas pelos órgãos de governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Banco BTG Pactual S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto a não mais se manter em continuidade operacional.



Banco BTG Pactual S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5



Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Balanço patrimonial

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Disponibilidades	6	2.439.095	3.069.046
Instrumentos financeiros		436.303.404	398.146.160
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7	178.807.129	156.996.525
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	22.070.238	16.455.650
Ativos financeiros ao custo amortizado		235.426.037	224.693.984
Aplicações no mercado aberto	10	66.382.691	65.365.726
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11	7.181.798	8.748.546
Depósitos no Banco Central		22.542.833	17.629.141
Operações de crédito	12	119.808.899	111.157.950
Títulos e valores mobiliários	13	18.138.572	15.431.811
Outros créditos		1.371.244	6.360.809
Ativos fiscais diferidos	22	5.592.892	5.800.485
Outros ativos	15	32.427.762	27.044.878
Investimento em coligadas e controladas em conjunto	16	7.826.277	7.917.758
Imobilizado		515.092	508.618
Direito de uso		322.262	401.066
Ativo intangível	17	9.689.026	10.253.420
Total do ativo		495.115.810	453.141.430
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	7	44.730.105	62.834.530
Passivos financeiros ao custo amortizado	14	341.911.634	297.156.935
Captações no mercado aberto		97.075.862	87.139.332
Depósitos		133.273.103	115.749.672
Recursos de aceites e emissão de títulos		73.531.521	67.944.679
Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos		17.911.780	18.103.247
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		20.119.368	8.220.005
Passivos fiscais	18	4.496.878	2.178.344
Correntes		4.020.634	1.484.157
Diferidos		476.244	694.187
Obrigações diversas	19	30.031.428	23.214.981
Outros passivos	20	8.209.895	9.268.805
Obrigações Sociais e estatutárias		4.034.629	3.569.719
Provisão para passivos contingentes	21	4.995.441	5.091.446
Provisão de perda esperada decorrente de risco de crédito para avais e fianças		317.633	275.636
Total do passivo		438.727.643	403.590.395
Patrimônio líquido			
Capital social	23	15.760.364	15.760.364
Ações em tesouraria		(532.428)	(231.252)
Reservas de capital		652.515	652.515
Reservas de lucro		32.123.118	25.139.020
Outros resultados abrangentes		3.951.687	3.590.324
Total do patrimônio líquido de acionistas controladores		51.955.256	44.910.971
Participação de acionistas não controladores		4.432.911	4.640.064
Total do patrimônio líquido		56.388.167	49.551.035
Total do passivo e do patrimônio líquido		495.115.810	453.141.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido com instrumentos financeiros	25	23.508.085	21.333.925
Perdas esperadas decorrentes de risco de crédito	12	(2.280.246)	(4.650.965)
Variações cambiais líquidas		1.109.240	1.200.631
Receita de prestação de serviços	26	9.098.936	8.400.584
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas em conjunto	16	1.076.706	748.437
Despesas administrativas	28	(10.381.413)	(9.194.637)
Despesas com pessoal		(5.803.678)	(4.997.240)
Despesas tributárias		(1.882.157)	(1.628.460)
Outras receitas / (despesas)	27	(2.781.697)	(2.267.891)
Lucro operacional antes da tributação		11.663.776	8.944.384
Imposto de renda e contribuição social	22	(1.409.016)	(1.293.642)
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente		(2.138.356)	(904.145)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido		729.340	(389.497)
Lucro líquido do exercício		10.254.760	7.650.742
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		9.980.342	7.194.764
Lucro / (Prejuízo) atribuível aos acionistas não controladores		274.418	455.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	10.254.760	7.650.742
Outros resultados abrangentes com reclassificação para o resultado		
Variação de ajuste de avaliação patrimonial - coligadas e controlada em conjunto	247.042	(114.422)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	81.455	(10.499)
Ajustes acumulados de conversão	(2.158)	(60.127)
Variação cambial sobre investimentos no exterior e sobre itens não monetários	(1.095.838)	(1.088.823)
Hedge de investimentos no exterior	1.099.909	1.090.005
Ágio/deságio na aquisição adicional de participação em controladas	31.239	-
Outros	(286)	-
Total do resultado abrangente	10.616.123	7.466.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto o valor de dividendos por ação)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva de Lucros	Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total de acionistas controladores	Total de acionistas não-controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)		15.760.364	652.515	20.111.693	3.774.191	-	-	40.298.763	3.710.967	44.009.730
Aquisição de ações em tesouraria	23	-	-	-	-	(231.252)	-	(231.252)	-	(231.252)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controlada em conjunto		-	-	(5.843)	(114.422)	-	-	(120.265)	-	(120.265)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	(10.499)	-	-	(10.499)	-	(10.499)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	(60.127)	-	-	(60.127)	-	(60.127)
Variação cambial sobre investimentos no exterior		-	-	-	(1.088.823)	-	-	(1.088.823)	-	(1.088.823)
Hedge de investimentos no exterior		-	-	-	1.090.004	-	-	1.090.004	-	1.090.004
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.194.764	7.194.764	455.978	7.650.742
Destinações do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros		-	-	5.033.170	-	-	(5.033.170)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,10 por ação)	23	-	-	-	-	-	(2.161.594)	(2.161.594)	-	(2.161.594)
Adição de não controladores	23	-	-	-	-	-	-	-	473.119	473.119
Saldos em 31 de dezembro de 2022		15.760.364	652.515	25.139.020	3.590.324	(231.252)	-	44.910.971	4.640.064	49.551.035
Aquisição de ações em tesouraria	23	-	-	-	-	(301.176)	-	(301.176)	-	(301.176)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controlada em conjunto		-	-	-	247.042	-	-	247.042	-	247.042
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	81.455	-	-	81.455	-	81.455
Variação cambial sobre investimentos		-	-	-	(1.095.838)	-	-	(1.095.838)	-	(1.095.838)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	(2.158)	-	-	(2.158)	-	(2.158)
Hedge de investimentos no exterior		-	-	-	1.099.909	-	-	1.099.909	-	1.099.909
Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas		-	-	-	31.239	-	-	31.239	-	31.239
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.980.342	9.980.342	274.418	10.254.760
Destinações do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros		-	-	6.984.098	(286)	-	(6.984.098)	(286)	-	(286)
Juros sobre capital próprio (R\$0.26)	23	-	-	-	-	-	(2.975.000)	(2.975.000)	-	(2.975.000)
Adição / (Redução) de não controladores e outros	23	-	-	-	-	-	(21.244)	(21.244)	(481.571)	(502.815)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		15.760.364	652.515	32.123.118	3.951.687	(532.428)	-	51.955.256	4.432.911	56.388.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		10.254.760	7.650.742
Ajustes ao lucro líquido		2.233.486	6.189.113
Resultado de participações em coligadas e empresas com controle compartilhado	16	(1.076.706)	(748.437)
Ativo fiscal diferido	22	(729.340)	389.497
Provisão para contingências	21	369.902	330.317
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		2.280.246	4.650.965
Variação cambial do permanente		63.581	259.929
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		101.835	(55.676)
Depreciações e amortizações		1.223.968	1.362.518
Resultado ajustado do exercício		12.488.246	13.839.855
Aumento/redução de atividades operacionais			
Aplicações no mercado aberto		(1.496.903)	(110.134)
Aplicações em depósitos interfinanceiros		(1.001.074)	(4.619.976)
Operações de crédito		(10.931.195)	(15.625.499)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		(2.706.761)	(11.984.151)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(21.810.604)	(31.079.279)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(5.614.588)	(6.769.075)
Outros ativos		(2.708.609)	(16.542.077)
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(18.104.425)	27.841.858
Passivos financeiros ao custo amortizado		17.331.964	24.020.344
Captações no mercado aberto		9.936.530	29.194.694
Passivos fiscais		2.318.534	(1.901.529)
Obrigações diversas		6.816.447	9.868.816
Outros passivos		(1.017.910)	4.971.872
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades operacionais		(16.500.346)	21.105.718
Atividades de investimento			
Hedge de investimento líquido no exterior		(1.099.909)	(1.090.004)
(Aquisição) / alienação de outros investimentos	16	275.385	(1.589.826)
Dividendos recebidos	16	821.140	1.676.737
(Aquisição) / alienação de imobilizado		(138.174)	(277.176)
(Aquisição) / alienação de intangível	17	(517.912)	(872.303)
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de investimento		(659.470)	(2.152.572)
Atividades de financiamento			
Aquisição de ações em tesouraria	23b	(301.176)	(231.252)
Recursos de aceites e emissão de títulos		5.586.842	1.377.017
Dívida subordinada e instrumentos de dívida elegíveis a capital	14f	11.899.363	153.504
Participação de não controladores no patrimônio		(755.989)	929.097
Juros sobre o capital próprio distribuídos	23	(2.845.000)	(2.025.000)
Caixa proveniente das atividades de financiamento		13.584.040	203.366
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(3.575.776)	19.156.512
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	30		
No início do exercício		76.556.439	57.344.251
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		(101.835)	55.676
No fim do exercício		72.878.828	76.556.439
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(3.575.776)	19.156.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

1. Contexto operacional

O Banco BTG Pactual S.A. ("Banco" ou "BTG Pactual"), constituído sob a forma de banco múltiplo, atua em conjunto com suas controladas ("Grupo BTG Pactual"), oferecendo produtos e serviços financeiros relativos às carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento, arrendamento mercantil, seguros, câmbio, entre outros, no país e em várias localidades no exterior. O Banco tem a sua sede localizada na Praia de Botafogo, 501 – 5º andar – Torre Corcovado, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Possui como local principal de seus negócios o escritório situado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 14º andar (parte), na cidade e estado de São Paulo.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e algumas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo BTG Pactual. O Banco tem como controladora a BTG Pactual Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira"), que é controlada pela BTG Pactual G7 Holding S.A. por meio da BTG Pactual Holding S.A. ("Holding").

O BTG Pactual possui units listadas na B3 S.A. em São Paulo. Cada unit corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais classe A.

2. Reorganizações societárias e aquisições

Ourinvest Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários S.A.

Em 19 de julho de 2019, o Banco, por meio de sua investida BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM, adquiriu 80% de participação na Ourinvest Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários S.A. ("Ourinvest"), permanecendo essa instituição com independência administrativa e operacional, mas integrante do Conglomerado BTG Pactual. O contrato de compra e venda previa também a opção de compra do restante das ações da Ourinvest até 2022 em duas tranches de 10% cada uma (a opção referente à primeira tranche foi exercida em março de 2021 e a segunda tranche em março de 2022). Em 16 de novembro de 2022 houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Em 20 de janeiro de 2023, o nome da empresa foi alterado de Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para BTG Pactual Advisors Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Banco Pan S.A.

Em 5 de abril de 2021, foi assinado o contrato de compra e venda entre a CaixaPar e o Banco Sistema (Controlado pelo BTG Pactual), para a aquisição da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão do Banco Pan e de titularidade da CaixaPar, representativas de 49,2% do capital social votante do Banco Pan, equivalente a 26,8% do capital social. Para a conclusão da operação, o Banco Sistema pagou à CaixaPar o valor total de aproximadamente R\$3,7 bilhões, valor que corresponde a R\$11,42 por cada uma das ações objeto da operação. Em maio de 2021, tendo sido verificado o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis, a aquisição foi liquidada.

Em junho de 2022 foi concluída a avaliação da alocação dos ativos da aquisição do Banco Pan S.A., sem efeitos materiais nas linhas de ativos.

A alocação final do preço pago indica os seguintes valores, considerando inclusive os efeitos de *step acquisition* indicados no IFRS 3 – combinação de negócios:

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

	R\$ milhões
Preço Pago referente a compra de participação Banco Pan em 31/05 (26.84%)	3.694
Participação acionária anterior a valor justo em 31/05 (44,85%)	6.084
Participação de acionistas não controladores sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos (28,31%)	2.305
(a) Subtotal	12.083
Patrimônio Líquido do Banco Pan em 31/05/21 (100%)	5.476
Mais valias de ativos / passivos e ativos identificados (100%)	4.849
Imposto diferido referente as mais valias e ativos identificados da posição adquirida e não controladores	(1.203)
(b) Subtotal	9.122
(c) Ágio correspondente ao Banco Pan (a - b):	2.960

(a) Refere-se ao valor justo de Banco Pan (referente a 100% das ações ON e PN). A posição anteriormente detida pelo Banco BTG S.A. foi remensurada conforme requerido pelo IFRS 3 (Aquisição em estágios), e esta remensuração gerou um resultado de R\$ 3.627 milhões.

(b) Referente ao valor justo dos ativos e passivos adquiridos na obtenção do controle.

(c) Não foi identificado pela administração do Banco indicativos de impairment em relação ao ágio na aquisição do controle do Banco Pan. (Nota 17)

Os ativos intangíveis identificados na transação foram:

R\$ milhões

Ativo identificado	Valor justo apurado (referente a 100%)	Vida útil estimada conforme laudo elaborado por empresa especializada
Carteira de cliente	1.607	8,4 anos
Core deposits	553	10 anos
Marca	278	N/A

As mais valias dos ativos e passivos são baixados de acordo com a alienação (amortização parcial ou total) dos ativos correspondentes.

Aquisição de participação societária minoritária na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

Em 24 de janeiro de 2022, o Banco comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou, conjuntamente com Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e CBOE III, LLC, contratos vinculantes para a aquisição de uma participação societária minoritária na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR").

Em 26 de maio de 2022, o Banco confirmou, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a formalização do fechamento da operação relacionada à subscrição de uma participação societária minoritária na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

Aquisição da Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.

Em 1 de fevereiro de 2022, o Banco comunicou aos acionistas e ao mercado em geral a assinatura de documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.

Essa aquisição faz parte da estratégia de expansão do BTG Pactual Digital no segmento de assessoria de investimentos. Em 21 de outubro de 2022 houve a conclusão da transação, após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Incorporação das ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor pelo Banco PAN S.A. (Controlada do BTG Pactual)

Em 03 de outubro de 2021, o Banco PAN S.A. (B3: BPAN4) assinou um Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo de Associação") para incorporação da totalidade das ações de emissão da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. ("Mosaico") (B3: MOSI3), empresa nativa digital que reúne as marcas Zoom, Buscapé e Bondfaro, e que é detentora da maior plataforma de conteúdo e origem de vendas para o e-commerce do Brasil ("Operação Mosaico").

Em 11 de março de 2022, o Conselho de Administração do Banco PAN confirmou o cumprimento das condições suspensivas que condicionavam a eficácia da Operação Mosaico, conforme Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações celebrado entre o Banco PAN e Mosaico no dia 26 de outubro de 2021 e, portanto, consignou que as deliberações constantes da Assembleia Geral Extraordinária do Banco PAN realizada em 01 de dezembro de 2021, inclusive a incorporação de ações passaram a ser válidas e eficazes, para todos os fins e efeitos de direito.

Aquisição do Banco BESA S.A.

Em 30 de março de 2022, o BTG Pactual se comprometeu a adquirir o controle acionário do Banco BESA S.A. ("BESA"), bem como de suas subsidiárias. Conforme comunicado ao mercado em 07 de outubro de 2022, a transação foi concluída, após as aprovações regulatórias. A transação é complementar à estratégia do BTG Pactual, focada na aquisição e recuperação de carteiras de créditos inadimplidos e compra de ativos financeiros alternativos.

O relatório de alocação do preço de compra ("PPA"), elaborado por empresa independente especializada em avaliação de ativos, foi concluído em conformidade com os prazos regulatórios pertinentes, sem efeitos materiais nas linhas de ativos e passivos.

FIS Privatbank S.A.

Em 23 de março de 2023, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que uma de suas controladas assinou documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social do FIS Privatbank S.A., instituição financeira sediada em Luxemburgo, pelo valor de EUR 21,3 milhões. Em 20 de setembro de 2023, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Em 15 de janeiro de 2024, o nome da empresa foi alterado de FIS Privatbank S.A. para BTG Pactual Europe S.A.

Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 2 de outubro de 2023, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou, por meio de uma controlada, os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., pelo valor de R\$ 500 milhões, sujeito a determinados ajustes. Em 15 de março de 2024, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Ofertas

Letras Financeiras Subordinadas

Em 30 de junho de 2023, o Banco emitiu Letras Financeiras Subordinadas que serviram de lastro para captação via Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidos pela Opea Securitizadora S.A., totalizando um montante de oferta de R\$ 3.500.100 (três bilhões, quinhentos milhões e cem mil reais), divididos em quatro séries. Os vencimentos serão em 15 de julho de 2033, com os saldos de principal sendo amortizados integralmente na data de vencimento e pagamentos de juros semestrais.

Em 31 de agosto de 2023, o Banco emitiu R\$ 3.500.100 (três bilhões, quinhentos milhões e cem mil reais) de Letras Financeiras Subordinadas, divididas em quatro séries. Os vencimentos destas séries serão em 15 de setembro de 2033, com os saldos de principal sendo amortizados integralmente na data de vencimento e pagamentos de juros semestrais.

Em 6 de novembro de 2023, o Banco emitiu R\$ 2.000.100 (dois bilhões e cem mil reais) de Letras Financeiras Subordinadas, divididas em quatro séries. Os vencimentos destas séries serão em 16 de novembro de 2033, com os saldos de principal sendo amortizados integralmente na data de vencimento e pagamentos de juros semestrais.

Em 19 de dezembro de 2023, o Banco emitiu R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) de Letras Financeiras Subordinadas, divididas em quatro séries. Os vencimentos destas séries serão em 15 de dezembro de 2033, com os saldos de principal sendo amortizados integralmente na data de vencimento e pagamentos de juros semestrais.

Aprovação do programa de recompra de ações

Em 11 de janeiro de 2022, o Banco comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco, em reunião ocorrida em 10 de janeiro de 2022, aprovou programa de recompra de ações, sob as seguintes condições (“Programa de Recompra”):

- Recompra com o objetivo de propiciar melhores condições para realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação do capital do Banco;
- Aquisição de até R\$1.000.000.000 (um bilhão de reais) observados em qualquer caso os limites previstos na Instrução CVM 567;
- Inexistência, no BTG Pactual, de units BPAC11 ou de ações em tesouraria;
- Manutenção, em tesouraria, das units BPAC11 adquiridas no âmbito do Programa;
- Definição de prazo de até 18 meses para as aquisições, cabendo à Diretoria deliberar sobre o melhor momento para fazer as aquisições; e
- Intermediação da BTG Pactual CTVM S.A. e condução das operações em conformidade com a regulamentação vigente.

O Banco manterá os reguladores e o mercado em geral informados acerca do Programa de Recompra.

3. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis em IFRS do Banco foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB, atualmente

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”). As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo a segregação entre circulante e não circulante apresentado em nota explicativa.

b. Julgamento e estimativas contábeis significativas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorre em:

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade do Banco e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que essas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram preparadas com base nesse princípio.

Perdas Esperadas de Risco de Crédito

A mensuração da perda de crédito esperada reflete aplicação de premissas significativas, conforme abaixo descrito:

- Prazo: O Banco considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Adicionalmente, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- Informações prospectivas: a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O BTG Pactual utiliza informações macroeconômicas e informações de mercado públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: o Banco utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequada, através de análises efetuadas pelo time de risco de crédito, levando em consideração também as características dos papéis (prazo, emissor, cenário econômico, entre outros).
- Critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: em cada exercício das Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, o BTG Pactual avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente utilizando indicadores relativos e absolutos, de acordo com a natureza de cada produto.

O BTG Pactual avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual (caso a caso) ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre diversos outros fatores.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de precificação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos e informações de transações similares. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo tributário diferido futuro que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houverem.

c. Pronunciamentos IFRS revisados

❖ Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em 2023 ou em períodos futuros.

Os pronunciamentos a seguir entraram em vigor em 2023 ou entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:
 - Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;
 - Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes aos que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;
 - Variable Fee Approach: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise dos seguintes itens:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

- Alteração na IFRS 17 – A vigência da norma se inicia em 1º de janeiro de 2023 e a data de transição corresponde ao exercício anterior, 1º de janeiro de 2022, com os impactos de transição registrados diretamente no Patrimônio Líquido, em Lucros Acumulados, quando aplicável e relevantes. Em nossas análises de impacto, foi observado que a transição para a IFRS 17 e a redesignação de ativos financeiros resultou em impactos irrelevantes no Patrimônio Líquido e resultado em IFRS do Banco, considerando as características dos produtos de seguros comercializados pelo grupo, bem como em função da relevância das operações de seguros nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS. Adicionalmente, a adoção da norma não resultará em impactos regulatórios e prudenciais, visto que tais limites, para fins do BACEN, são apurados com base no Consolidado Prudencial, conforme normas e princípios contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. No caso do regulador da atividade de Seguros (SUSEP) os limites operacionais e de solvência, continuam a ser apurados de acordo com a norma local, aplicável às entidades supervisionadas pela SUSEP.
- Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumariem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. Não houve impacto relevante em relação às mudanças em divulgação.
- Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e as análises referentes às mudanças em divulgação concluíram que não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.
- Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 não trouxeram impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.
- Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda emitida em 23 de maio de 2023, permitindo as companhias isenção temporária para contabilização do imposto diferido decorrente da reforma internacional do imposto de renda sobre os lucros implementado pela OECD 'Organization for Economic Co-operation and Development, conhecida como "Pillar Two". Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023, mas não são requeridas para divulgação nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a entrada em vigor da norma.
- Alterações na IAS 7 – Statement of Cash Flow e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações emitidas em maio de 2023 aumentando os requisitos de divulgação dos acordos de financiamento de fornecedores e seus efeitos sobre passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de um empresa. Estas alterações são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2024. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a entrada em vigor da norma.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

d. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações em IFRS do Banco compreendem as demonstrações financeiras consolidadas o Banco, suas agências no exterior, empresas controladas, direta e indiretamente, no país e no exterior, bem como fundos de investimento e sociedades de propósito específico (SPE). Controle existe onde o Banco tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da entidade, geralmente atribuído por deter uma maioria dos direitos de voto, e está exposto a variação de retornos do seu envolvimento com suas investidas e tem habilidade de usar seu poder para afetar esse retorno.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos direitos e obrigações, do Banco, empresas controladas, direta e indiretamente e fundos de investimento com aplicação relevante de empresas consolidadas, incluídos na consolidação foram aplicadas de maneira uniforme, sendo que os investimentos, os ativos, os passivos e os resultados existentes e/ou apurados entre as entidades consolidadas foram eliminados. A tabela apresentada a seguir relaciona as principais controladas do Banco, direta e indiretamente, incluindo os fundos de investimento, consolidados nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

		Participação no capital total - %	
	País	31/12/2023	31/12/2022
Controladas			
BTG Pactual Cayman Branch	Cayman	100,00%	100,00%
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	99,99%	99,99%
Banco Sistema S.A.	Brasil	99,99%	99,99%
Banco Pan S.A.	Brasil	74,10%	73,95%
Banco BESA S.A.	Brasil	100,00%	96,50%
ECTP Brasil S.A. (i)	Brasil	100,00%	-
Controladas indiretas			
BTG Pactual Resseguradora S.A	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Banco BTG Pactual Chile S.A.	Chile	100,00%	100,00%
BTG Pactual Chile Capital S.A. Corredores de Bolsa	Chile	100,00%	100,00%
BTG Pactual S.A. Comissionista de Bolsa	Colômbia	100,00%	100,00%
BTG Pactual Holding Participações S.A	Brasil	99,99%	99,99%
BTG Pactual Oil & Gas S.A.R.L.	Luxemburgo	100,00%	100,00%
BTG Pactual COMM, (CH) SA	Suíça	100,00%	100,00%
BTG Pactual AM US, LLC	Estados Unidos	100,00%	100,00%
Banco BTG Colômbia S.A	Colômbia	100,00%	100,00%
ECTP Brasil S.A. (i)	Brasil	-	100,00%
BTG Pactual NY Corporation	Estados Unidos	100,00%	100,00%
BTG Pactual Europe S.A	Luxemburgo	100,00%	-
Fundos de investimento			
BTG Pactual Absolute Return Master Fund	Cayman	100,00%	100,00%
FIDC FGTS	Brasil	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado CP LS Investimento no Exterior	Brasil	100,00%	100,00%
FIDC NP Alternative Assets I	Brasil	100,00%	100,00%
Warehouse FIP	Brasil	100,00%	100,00%
BTGP Consignados II FIDC (ii)	Brasil	100,00%	-
BTGP Consignados FIDC (ii)	Brasil	100,00%	-
FIDC NP Alternative Assets III	Brasil	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado CP LS II Investimento no Exterior (ii)	Brasil	100,00%	-
BTG Pactual International Port Fund SPC	Cayman	100,00%	100,00%
Clave Alpha Macro Participações FIC FIM	Brasil	-	90,52%
Clave Total Return Master FIM	Brasil	82,71%	70,65%

(i) Em junho de 2023, a ECTP Brasil S.A passou a ser investimento direto do Banco.

(ii) Constituição em 2023.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

e. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco e controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Banco atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do controlador, o Banco. A taxa utilizada para a conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira é a da data de fechamento, enquanto as contas de resultado são convertidas pelas taxas médias mensais.

As moedas financeiras das subsidiárias, cuja moeda funcional é diferente daquela adotada pelo Banco, são traduzidas para a moeda funcional do Banco utilizando os critérios do IAS 21.

Os efeitos da conversão de moeda das controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da controladora, são registrados no patrimônio líquido e apresentados na demonstração consolidada do resultado abrangente, assim como o resultado do hedge sobre esses investimentos, quando aplicável.

f. Reapresentação de cifras comparativas das demonstrações financeiras

Nestas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos comparativos da demonstração de resultado foram ajustados negativamente em R\$ 353.406 (líquido dos efeitos tributários) para refletir amortização de mais-valias referente ao exercício de 2022.

Os ajustes referem-se à apuração final do valor justo dos ativos e passivos (e amortizações correspondentes) oriundos da aquisição do controle do Banco Pan (veja nota "2. Reorganizações societárias e aquisições"). Em junho de 2022 foi concluída a avaliação da alocação dos ativos da aquisição (PPA), dentro do prazo permitido pelo IFRS 3 e, desta forma, as informações apuradas no PPA aplicadas ao exercício de 2021 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, resultaram em impactos nas seguintes rubricas: "Ativos fiscais diferidos", "Intangível" e Patrimônio Líquido.

A natureza das mudanças é decorrente da aplicação das premissas previstas para reconhecimento dos intangíveis identificados, bem como a respectiva tributação diferida aplicável.

4. Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, vigentes até 31 de dezembro de 2023.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, estão incluídos, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de vencimento, normalmente de três meses a contar da data de aquisição.

b. Instrumentos financeiros

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro em uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

“Derivativo” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais eles foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:

- a) Ativos financeiros que não atendem (após a realização do teste de “SPPI - somente para principal e juros”) as condições de ativos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- b) escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros.

Os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizados, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

(v) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender o ativo classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, essa não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

(vi) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados (“Posições vendidas”).
- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações do valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração do resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros”.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são considerados como estruturas de proteção (*hedge*), em conformidade com o IFRS 9, e são classificados de acordo com sua natureza em:

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, são mensurados a valor justo e têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados no resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos classificados nesta categoria são mensurados a valor justo, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente no resultado.
- *Hedge* de investimento líquido em operações no exterior - É contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida no patrimônio líquido, reclassificado para o resultado do exercício em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do exercício.

c. Baixa de ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido ou houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se: (i) Houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo; ou (ii) Não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas houver transferência do controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença para o valor contábil é reconhecida no resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o IFRS 9, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, o Banco deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num período de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, independente se houver ou não a ocorrência de perda. Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes.

Mensuração

Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimentos e são mensuradas conforme a seguir:

- Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo a diferença entre o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber);

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

- Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido à Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e
- Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros.

As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são:

- A baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado;
- O não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal;
- A deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional;
- O descumprimento de covenants;
- A mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e
- A liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado em IFRS como “perdas acumuladas por redução ao valor recuperável”. Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado.

O Banco realiza a baixa do valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles.

O BTG aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Desta forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

Cenários Macroeconômicos

As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

d. Classificação e mensuração subsequente dos ativos financeiros

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios e das características de seus fluxos de caixa (Somente pagamento de principal e juros – Teste SPPJ).

Modelo de negócios:

Consiste na gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não apenas a intenção da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados para:

- i) colher os fluxos de caixa contratuais;
- ii) colher os fluxos de caixa contratuais e vender; ou
- iii) qualquer outro tipo de gestão.

Dentro do processo de modelo de negócios são avaliados os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e como o desempenho é revisado pela Administração.

Teste de SPPJ

Consiste na avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo ativo financeiro com o objetivo de identificar apenas pagamento de principal e juros. Os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Exceções a esses conceitos serão mensurados a valor justo.

Contratos híbridos são avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas e para esses casos são avaliados em conjunto a valor justo.

e. Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.
- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

- Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, o Banco determina um nível adequado para a entrada do input. Os instrumentos financeiros basicamente incluem participações em fundos de *private equity*, ações não listadas em bolsa oriundas das nossas atividades de *Merchant Banking*, alguns títulos de dívida (debêntures) de empresas fechadas e derivativos de energia, os quais a precificação depende de inputs não observáveis. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro precificado com técnicas que incorporam dados não observáveis.

Premissas de avaliação do Nível 3		
Ativo	Técnica de precificação	Principais premissas
Fundos de <i>private equity</i> (investimentos sem cotação)	Preço de investimentos recentes; modelos baseados em fluxo de caixa descontado ou ganhos, múltiplos de transações de mercado (M&A).	Crescimento de receita e mercado, expectativa de alavancagem e rentabilidade, taxas de desconto, pressupostos macroeconômicos tal como inflação e taxas de câmbio, riscos e prêmios incluindo mercado, tamanho e prêmio de risco do país.
Títulos de dívida (debêntures)	Modelos padrões e comparação de preços	Probabilidade de <i>default</i> , grandes perdas e queda de rendimento, pré-pagamento e taxa de recuperação.
Derivativos de energia	Modelos baseados em sistema de dados (Decomp e Newwave)	GDP, nível de reservas de água e previsão de chuvas.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

O Banco avalia os níveis em cada período de divulgação numa base de instrumento por instrumento e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados conforme segue:

- Swaps: seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na B3 S.A., de títulos públicos brasileiros negociados no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, de swaps de taxas de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas etc.).
- Futuros e Termos: valor justo apurado com base em cotações em bolsas ou utilizando critérios idênticos aos acima descritos para swaps.
- Opções: os valores justos desses instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos (como Black & Scholes), que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (normalmente, preços de brokers e corretoras, Bloomberg, Reuters).

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

- Derivativos de crédito: os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos consagrados no mercado, que são alimentados com dados de spread de crédito do emissor e curva de rentabilidade da taxa de juros. Tais dados são obtidos de diferentes fontes (normalmente, preços de mercado, Bloomberg, Reuters).
- Títulos e valores mobiliários e venda a descoberto: os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nos preços divulgados pela ANBIMA. Os valores justos dos títulos das dívidas de empresas são calculados com base nos preços do mercado secundário, no preço de ativos semelhantes e na visibilidade de mercado que as áreas comerciais do Banco dispõem. As ações são calculadas com base nos preços divulgados pela B3 S.A. As cotas de fundos são valorizadas considerando os preços das cotas divulgadas pelos administradores.

Ativos financeiros avaliados a valor justo no resultado: estimamos os valores justos dos instrumentos financeiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco.

f. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, de acordo com o IFRS 7.

g. Reconhecimento de receitas e despesas

Receita é reconhecida na medida em que é provável que o benefício econômico seja transferido para o Banco e que a receita possa ser mensurada confiavelmente. Os critérios de reconhecimento específicos a seguir devem ser cumpridos antes que a receita seja reconhecida:

(i) Receitas e despesas de juros:

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, as receitas ou despesas de juros são registrados segundo o método da taxa de juros efetiva, que é a taxa que exatamente desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados pela vida útil esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo leva em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui qualquer taxa ou custo incremental que são diretamente atribuíveis ao instrumento e são partes integrais da taxa efetiva, mas não das perdas futuras de crédito. O valor contábil do ativo ou passivo financeiro é ajustado se o Banco revisa suas estimativas de pagamento e recebimento. O valor contábil ajustado é calculado com base na taxa de juros original e o ajuste no valor contábil é registrado como “Outras receitas (despesas) operacionais”. Porém, para um ativo financeiro reclassificado para o qual o Banco subsequentemente aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro, o efeito do aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

A receita (despesa) de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

(ii) Receitas de tarifas e comissões

O Banco e suas controladas auferem receitas de tarifas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receitas provenientes de taxas podem ser segregadas nas seguintes categorias:

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

- Receitas com tarifas e comissões auferidas de serviços prestados em um determinado período:

Tarifas e comissões auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período. Essas taxas incluem receita de comissão, corretagem e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento, assessoria e administração e performance sobre fundos de investimento. Além delas, há também as receitas provenientes da carteira de varejo do Banco Pan, referentes a cadastro, saque e anuidade do cartão.

Receitas com garantias prestadas e taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente será usado - e outras taxas relacionadas ao crédito - são diferidas (junto com qualquer custo incremental) e reconhecidas como um ajuste à taxa de juros efetiva do empréstimo. Quando o uso do crédito de um compromisso de empréstimo não é provável, a receita com taxas de compromissos de empréstimos é reconhecida ao longo do prazo do compromisso utilizando o método linear.

- Receitas com taxas de serviços de transação prestados:

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico para seu reconhecimento.

(iii) Receitas líquidas com instrumentos financeiros

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros para negociação.

h. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento mantidas pelas subsidiárias do Banco, das quais a principal atividade é o setor imobiliário e são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Os ajustes a valor justo são apurados considerando o valor justo da propriedade menos os custos atribuídos a ele, e reconhecidos no resultado.

O valor justo das propriedades para investimento é determinado no mínimo anualmente, ou quando a Administração julgar relevante, e poderá utilizar avaliadores independentes capacitados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda.

i. Investimento em coligadas e controladas em conjunto

Investimentos em empresas coligadas e empresas com controle compartilhado incluem participações em empresas sobre as quais o Banco e suas controladas possuem influência significativa nas políticas operacionais e financeiras, também incluem empreendimento controlados em conjunto, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

A participação do Banco e suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas são reconhecidas no “Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas em conjunto” e a movimentação das reservas correspondentes do Patrimônio Líquido de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida em outros resultados abrangentes.

j. Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado a custo, excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como alterações no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em ‘outras receitas operacionais’ na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

k. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido ao valor justo. Em eventual combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve mensurar sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultados abrangentes, conforme apropriado. Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado a custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável.

l. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são contabilizados ao custo incluindo ativos adquiridos e valor de software de computadores. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados que são a ele atribuídos serão realizados.

As despesas de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida (de 5 a 10 anos) são reconhecidas na demonstração do resultado em IFRS em despesas administrativas, de acordo com sua vida útil. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

ao valor recuperável, as quais são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo contabilizadas na demonstração do resultado em IFRS.

m. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Investimentos em coligadas e controladas em conjunto, e ativos que têm uma vida útil indefinida como os ágios não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de perda no valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perda no valor recuperável anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da perda no valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

n. Garantias financeiras prestadas

No curso ordinário dos negócios, o Banco e suas subsidiárias concedem garantias financeiras, por meio de cartas de crédito, garantias e fianças. Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações contábeis em IFRS (em 'outros passivos') pelo valor do prêmio e é amortizado pelo prazo do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o passivo é mensurado pelo maior valor entre o montante reconhecido inicialmente menos, quando apropriado, o valor da amortização acumulada reconhecida no resultado, e a melhor estimativa dos custos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira gerada por essa garantia.

o. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

São reconhecidos no Balanço Patrimonial e/ou divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com a estimativa de probabilidade para cada um dos itens indicados a seguir. Essas estimativas são realizadas pela administração tendo como base, inclusive, em interpretações de assessores jurídicos externos.

i. Provisões

Uma provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos e somente deve ser reconhecida no Balanço Patrimonial quando:

- há uma obrigação presente (legal ou não formalizada);
- a administração entende que é provável a saída de recursos para quitar a obrigação; e
- o valor pode ser estimado com confiabilidade.

ii. Passivos contingentes

Um passivo contingente é:

- uma obrigação possível cuja existência possa ser confirmada apenas na ocorrência de eventos futuros incertos; ou
- uma obrigação presente referente a qual não é provável a saída de recursos para quitar a obrigação ou que os valores não possam ser mensurados com confiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Banco, exceto se a probabilidade de saída de recursos seja remota.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Periodicamente os passivos contingentes são reavaliados para determinar se uma saída de recursos se torna provável. Se isso acontecer, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança na estimativa da probabilidade.

iii. Ativos contingentes

Ativo contingente é um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos.

Ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Banco quando for provável a entrada de benefícios econômicos para a entidade.

p. Impostos

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidas são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda (IRPJ), a partir de 1º de janeiro de 2022, a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240, e de 20% para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), majorada para 21% a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022 para bancos. Para as demais instituições financeiras, a alíquota nominal da CSLL é de 15% majorada para 16% no referido período.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

q. Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de ações

Dividendos e juros sobre capital próprio de ações são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando aprovados pelos acionistas do Banco. Dividendos em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não estão sujeitos à decisão futura do Banco.

r. Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais, pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

s. Informações por segmento

O IFRS 8 determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A Administração considera que o Banco possui apenas um segmento que está relacionado com o conjunto de atividades do Banco de investimentos e, portanto, nenhuma informação por segmento é divulgada.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

t. Operações de arrendamento

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades operacionais. O reconhecimento inicial, que ocorre na assinatura do contrato no grupo de “Passivos financeiros ao custo amortizado”, corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao ativo de direito de uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica “Resultado líquido com instrumentos financeiros” na Demonstração do Resultado.

u. Contratos de seguro

As mudanças conceituais, bem como os impactos na adoção do IFRS 17 estão descritas a seguir:

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:
 - Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;
 - Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes aos que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;
 - Variable Fee Approach: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise dos seguintes itens:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato;
 - Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
 - Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
 - Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração na IFRS 17 – A vigência da norma se inicia em 1º de janeiro de 2023 e a data de transição corresponde ao exercício anterior, 1º de janeiro de 2022, com os impactos de transição registrados diretamente no Patrimônio Líquido, em Lucros Acumulados, quando aplicável e relevantes. Em nossas análises de impacto, foi observado que a transição para a IFRS 17 e a redesignação de ativos financeiros resultou em impactos irrelevantes no Patrimônio Líquido e resultado em IFRS do Banco, considerando as características dos produtos de seguros comercializados pelo grupo, bem como em função da relevância das operações de seguros nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS. A IFRS 17 estabelece a aplicação retrospectiva como regra de transição. Assim, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou ajustes nos saldos de abertura em 31 de dezembro de 2022, impactando o Patrimônio Líquido com uma redução de R\$ 16.047. Detalhamos a seguir a reconciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado entre as normas IFRS 4 e IFRS 17.

	2022 (Apresentado)	Ajustes IFRS 17	2022 (Reapresentado)
Ativo			
Ativos fiscais diferidos	5.787.356	13.129	5.800.485
Outros ativos	28.013.030	(968.153)	27.044.878
Total do ativo	454.096.453	(955.024)	453.141.430
Passivo			
Outros passivos	10.207.782	(938.977)	9.268.805
Total do passivo	404.529.372	(938.977)	403.590.395
Patrimônio líquido			
Reservas de lucro	25.155.067	(16.047)	25.139.020
Patrimônio líquido	49.567.081	(16.047)	49.551.035

5. Gerenciamento de risco

O Gerenciamento de Riscos no BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Banco, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. À Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e áreas de riscos, encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos.

Os principais comitês e áreas envolvidas em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que define as políticas e os limites globais e é responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de risco, que avalia a execução de políticas, a observância dos limites e conduz o monitoramento de risco; (iii) Comitê de risco e capital, composto por membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e estratégias; (iv) Comitê de Novos produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (v) Área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Chief Risk Officer ("CRO"), (vi) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções; (vii) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (viii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de Anti Money Laundry ("AML") e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (ix) CRO, que são responsáveis por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (x) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e pela avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis; (xi) área de Risco Socioambiental que avalia riscos socioambientais, de acordo com os princípios da relevância e da proporcionalidade, bem como administra e reduz impactos sociais e ambientais adversos resultantes de nossas operações e atividades; (xii) Comitê ESG que é responsável por supervisionar e gerenciar a implantação das políticas e práticas ESG, dos processos e procedimentos de riscos sociais, ambientais e climáticos, garantindo a aderência do Banco a essas diretrizes.

O Banco monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês/áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Banco são compostas de

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site <https://ri.btgpactual.com/>, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

a. Limites operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido Consolidado (i)	49.381.806	42.371.767
Nível I	46.334.527	39.349.820
Capital Principal	45.911.863	38.920.976
Capital complementar	422.663	428.844
Nível II	17.771.352	7.090.539
Patrimônio de Referência (PR) - (a)	64.105.878	46.440.359
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	29.272.568	24.672.681
Exposição total ponderada pelo risco – (b)	365.907.099	308.408.513
Risco de Crédito	242.672.300	236.523.528
Risco Operacional	29.844.615	23.527.597
Risco de Mercado	93.390.184	48.357.389
Índice de Basileia - (a/b)	17,5%	15,1%
Capital de Nível I	12,7%	12,8%
Capital de Nível II	4,9%	2,3%
Índice de consumo de Imobilização	57,6%	56,5%
Limite para imobilização (LI)	32.052.939	23.220.179
Situação para o limite de imobilização	18.447.800	13.126.907
Valor da margem ou insuficiência	13.605.139	10.093.272

(i) Os limites são apurados com base no Consolidado Prudencial, conforme normas e princípios contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Foram observadas as Resoluções CMN n.º 4.955 e 4.958, de 2021, que passaram a vigorar em janeiro de 2022 e dispõem sobre os critérios de apuração das parcelas e os requerimentos de capital, incluindo o requerimento mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Capital de Nível I e de Capital Principal e os Adicionais de Capital Principal. Para o cálculo das parcelas de risco, foram observados os procedimentos previstos nas Circulares n.º 3.644, 3.652, 3.679, de 2013, e 3.696, de 2014, para o risco de crédito, nas Circulares n.º 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, todas de 2013, e na Carta-Circular nº 3.498, de 2011, para o risco de mercado, e nas Circulares n.º 3.640 e 3.675, de 2013, para risco operacional, todas do Banco Central do Brasil.

O Banco optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do Risco operacional.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todos os limites prudenciais e operacionais estão plenamente atendidos.

b. Risco de mercado

Value at Risk (VaR) é uma medida de sensibilidade da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos do mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com testes de estresse, o *VaR* é utilizado para medir a exposição e sensibilidade de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado. O BTG Pactual aplica simulação histórica com total remensuração dos instrumentos para o cálculo do *VaR*, preservando as distribuições reais e a correlação entre os ativos, não fazendo uso de aproximações (greek approximations) e de distribuições normais. Nosso *VaR* pode ser medido e indicado de acordo com diferentes períodos, dados históricos e níveis de confiança. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada por meio de testes (back-testing) diários que comparam a aderência entre as estimativas de *VaR* e os ganhos realizados e as perdas incorridas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

O *VaR*, apresentado abaixo, foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95% e um ano de dado histórico. Nível de confiança de 95% significa que existe uma possibilidade, em vinte ocorrências, de que as receitas líquidas de negociação ficarão abaixo do *VaR* estimado. Dessa forma, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior que o *VaR* apresentados são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês.

Deficiências em um único dia podem exceder o *VaR* apresentado por montantes significantes; e podem ocorrer com mais frequência ou acumular ao longo de um período maior, como um número de dias consecutivos de negociação. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do *VaR* é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de *VaR* e estimativas de distribuição estatística podem produzir *VaR* substancialmente diferentes. Além disso, o *VaR* calculado para um período de um dia não captura o risco de mercado das posições que não podem ser liquidadas ou compensadas por hedges no prazo de um dia. Como foi referido anteriormente, nós usamos modelos nos teste de estresse como um complemento do *VaR* em nossas atividades diárias com exposição a riscos.

A tabela a seguir contém a média diária do *VaR* do Banco para os exercícios findos em:

Em R\$ milhões	31/12/2023	31/12/2022
Média diária do <i>VaR</i>	160,4	132,7

c. Risco de crédito

Todas as contrapartes do Banco e de suas controladas são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento do tomador, tendo por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes são estabelecidos e revisados periodicamente pela área de Risco de Crédito e, quando aplicável, revisados e aprovados pelo Conselho de administração, de acordo com as exposições correspondentes. A mensuração e o acompanhamento da exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como operações de crédito, títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros.

As exposições máximas dos ativos financeiros segregados por região geográfica estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023				
	Brasil	Estados Unidos	Europa	Outros	Total
Ativo					
Disponibilidades	40.775	852.478	643.952	901.889	2.439.095
Instrumentos financeiros	357.637.311	14.285.398	8.910.755	55.469.940	436.303.404
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	140.963.196	8.022.476	4.500.773	25.320.684	178.807.129
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	17.114.618	58.982	-	4.896.638	22.070.238
Ativos financeiros ao custo amortizado	199.559.497	6.203.941	4.409.983	25.252.617	235.426.037
Aplicação no mercado aberto	62.163.722	38.730	3.569.389	610.850	66.382.691
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.250.573	3.559.719	-	1.371.505	7.181.798
Depósitos no Banco Central	22.542.833	-	-	-	22.542.833
Operações de crédito	93.092.552	2.605.491	840.593	23.270.263	119.808.899
Títulos e valores mobiliários	18.138.572	-	-	-	18.138.572
Outros créditos	1.371.244	-	-	-	1.371.244
Total	357.678.085	15.137.877	9.554.708	56.371.829	438.742.499

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

	31/12/2022				
	Brasil	Estados Unidos	Europa	Outros	Total
Ativo					
Disponibilidades	215.917	680.946	354.082	1.818.100	3.069.046
Instrumentos financeiros	326.702.151	16.498.993	9.261.452	45.683.564	398.146.160
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	130.134.087	5.311.441	2.445.144	19.105.853	156.996.525
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	13.014.331	27.618	-	3.413.701	16.455.650
Ativos financeiros ao custo amortizado	183.553.733	11.159.934	6.816.308	23.164.009	224.693.984
Aplicação no mercado aberto	56.633.499	2.218.703	6.228.862	284.663	65.365.726
Aplicações em depósitos interfinanceiros	719.863	6.287.113	-	1.741.570	8.748.546
Depósitos no Banco Central	17.629.141	-	-	-	17.629.141
Operações de crédito	86.837.544	2.654.007	574.608	21.091.791	111.157.950
Títulos e valores mobiliários	15.418.863	111	12.838	-	15.431.811
Outros créditos	6.314.823	-	-	45.986	6.360.809
Total	326.918.067	17.179.939	9.615.534	47.501.664	401.215.205

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

A tabela a seguir demonstra as principais exposições ao risco de crédito com base nos valores contábeis e categorizados por atividade econômica da contraparte:

	31/12/2023									
	Governos	Instituições Financeiras	Serviços	Fundos de investimento	Pessoa Física	Indústria	Energia	Rural	Outros	Total
Ativo										
Disponibilidades	-	2.439.095	-	-	-	-	-	-	-	2.439.095
Instrumentos financeiros	58.992.297	177.922.512	43.061.534	33.680.698	52.300.504	24.064.233	10.643.699	2.871.390	32.766.538	436.303.404
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.761.484	104.737.438	16.282.191	30.575.771	107.066	7.751.963	4.587.225	61.262	7.942.730	178.807.129
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	554.085	6.269.667	6.286.485	77.774	1.502.237	2.053.504	1.984.551	1.923.027	1.418.908	22.070.238
Ativos financeiros ao custo amortizado	51.676.728	66.915.407	20.492.858	3.027.153	50.691.201	14.258.766	4.071.924	887.101	23.404.901	235.426.037
Aplicação no mercado aberto	45.159.362	19.160.857	5.043	2.030.082	2.416	-	-	-	24.932	66.382.691
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	7.181.798	-	-	-	-	-	-	-	7.181.798
Depósitos no Banco Central	-	22.542.833	-	-	-	-	-	-	-	22.542.833
Operações de crédito	26.360	5.011.109	20.487.815	997.071	50.688.784	14.258.766	4.071.924	887.101	23.379.969	119.808.899
Títulos e valores mobiliários	6.491.005	11.647.567	-	-	-	-	-	-	-	18.138.572
Outros créditos	-	1.371.244	-	-	-	-	-	-	-	1.371.244
Total	58.992.297	180.361.607	43.061.534	33.680.698	52.300.504	24.064.233	10.643.699	2.871.390	32.766.538	438.742.499

	31/12/2022									
	Governos	Instituições Financeiras	Serviços	Fundos de investimento	Pessoa Física	Indústria	Energia	Rural	Outros	Total
Ativo										
Disponibilidades	293.596	2.775.449	-	-	-	-	-	-	-	3.069.046
Instrumentos financeiros	107.341.508	97.686.315	49.741.272	37.916.416	41.077.891	27.908.069	7.433.492	2.269.733	26.771.465	398.146.160
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	66.865.087	38.146.752	8.277.620	21.175.299	2.867.370	5.947.795	1.609.231	183.814	11.923.558	156.996.525
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	252.129	5.568.407	3.825.560	67.346	-	114.142	189.967	-	6.438.098	16.455.650
Ativos financeiros ao custo amortizado	40.224.292	53.971.156	37.638.092	16.673.771	38.210.520	21.846.132	5.634.294	2.085.919	8.409.808	224.693.984
Aplicação no mercado aberto	25.253.202	23.800.510	222.492	16.080.911	-	-	8.611	-	-	65.365.726
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	8.748.546	-	-	-	-	-	-	-	8.748.546
Depósitos no Banco Central	-	17.629.141	-	-	-	-	-	-	-	17.629.141
Operações de crédito	-	3.766.368	36.309.920	592.860	37.300.918	18.802.911	5.625.683	611.380	8.147.909	111.157.950
Títulos e valores mobiliários	8.799.978	26.590	1.105.679	-	909.602	3.043.221	-	1.474.539	72.202	15.431.811
Outros créditos	6.171.112	-	-	-	-	-	-	-	189.697	6.360.809
Total	107.635.105	100.461.764	49.741.272	37.916.416	41.077.891	27.908.069	7.433.492	2.269.733	26.771.465	401.215.205

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

d. Análise de liquidez dos ativos

Em mercados voláteis ou quando a negociação de um título no mercado é prejudicada, a liquidez das posições da carteira do Banco pode ser reduzida. Nesses casos, o Banco pode não ser capaz de vender alguns ativos, o que afetaria adversamente sua capacidade de equilibrar sua carteira ou de atender a solicitações de resgate. Além disso, tais circunstâncias podem forçar o Banco a vender ativos a preços reduzidos, afetando adversamente seu desempenho. Se não houver outros participantes do mercado para vendê-los ao mesmo tempo, o Banco pode não ser capaz de vender esses ativos ou de evitar perdas referentes a eles. Se o Banco apurar perdas substanciais na negociação, a necessidade de liquidez poderia aumentar consideravelmente enquanto o seu acesso à liquidez poderia ser prejudicado. Juntamente com uma recessão no mercado, as contrapartes do Banco poderiam incorrer em perdas, enfraquecendo suas condições financeiras e aumentando o risco de crédito do Banco as mesmas.

De acordo com sua política, o Banco monitora regularmente sua posição de liquidez. A tabela abaixo resume a expectativa de fluxos de caixa para o Banco e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativo			
Disponibilidade	2.439.095	-	2.439.095
Instrumentos financeiros	339.030.114	97.273.290	436.303.404
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	167.341.162	11.465.967	178.807.129
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11.474.350	10.595.888	22.070.238
Ativos financeiros ao custo amortizado	160.214.602	75.211.434	235.426.037
Aplicações no mercado aberto	66.382.614	77	66.382.691
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.181.798	-	7.181.798
Depósitos no Banco Central	22.542.833	-	22.542.833
Operações de crédito	61.265.033	58.543.866	119.808.899
Títulos e valores mobiliários	2.617.800	15.520.772	18.138.572
Outros créditos	224.525	1.146.719	1.371.244
Ativos fiscais - diferidos	-	5.592.892	5.592.892
Outros ativos	16.281.996	16.145.766	32.427.762
Investimento em coligadas e controladas em conjunto	-	7.826.277	7.826.277
Imobilizado	-	515.092	515.092
Direto de uso	-	322.262	322.262
Ativo intangível	-	9.689.026	9.689.026
Total do Ativo	357.751.206	137.364.604	495.115.810

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

	31/12/2022		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativo			
Disponibilidade	3.069.046	-	3.069.046
Instrumentos financeiros	316.622.392	81.523.767	398.146.160
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	151.610.500	5.386.025	156.996.525
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6.262.029	10.193.621	16.455.650
Ativos financeiros ao custo amortizado	158.749.863	65.944.121	224.693.984
Aplicações no mercado aberto	65.291.081	74.645	65.365.726
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.724.472	24.075	8.748.546
Depósitos no Banco Central	17.629.141	-	17.629.141
Operações de crédito	57.940.120	53.217.830	111.157.950
Títulos e valores mobiliários	4.849.153	10.582.658	15.431.811
Outros créditos	4.315.896	2.044.913	6.360.809
Ativos fiscais - diferidos	-	5.800.485	5.800.485
Outros ativos	15.192.917	11.851.961	27.044.878
Investimento em coligadas e controladas em conjunto	-	7.917.758	7.917.758
Imobilizado	-	508.618	508.618
Direto de uso	78.804	322.262	401.066
Ativo intangível	-	10.253.420	10.253.420
Total do Ativo	334.963.159	118.178.271	453.141.430

e. Risco de liquidez

O Banco e as suas controladas gerenciam o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade de crédito e de grande liquidez, utilizando recursos obtidos por meio de contrapartes de primeira linha a taxas competitivas. O Banco e as suas controladas mantêm uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou de reduzir alavancagem. As garantias nas operações são também monitoradas periodicamente.

A tabela abaixo resume o fluxo de caixa contratual para o Banco e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023		
	Abaixo de 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	35.390.288	9.339.817	44.730.105
Passivos financeiros ao custo amortizado	245.968.116	95.943.518	341.911.634
Captações no mercado aberto	92.888.239	4.187.623	97.075.862
Depósitos	117.059.960	16.213.143	133.273.103
Recursos de aceites e emissão de títulos	27.449.933	46.081.588	73.531.521
Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos	8.569.984	9.341.796	17.911.780
Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	20.119.368	20.119.368
Passivos fiscais	-	4.496.878	4.496.878
Obrigações diversas	28.450.100	1.581.327	30.031.428
Outros passivos	7.835.351	374.544	8.209.895
Obrigações Sociais e estatutárias	4.034.629	-	4.034.629
Provisão para passivos contingentes	309.190	4.686.251	4.995.441
Provisão de perda para fianças	163.757	153.876	317.633
Total do passivo	322.151.432	116.576.211	438.727.643

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

	31/12/2022		
	Abaixo de 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	58.322.379	4.512.151	62.834.530
Passivos financeiros ao custo amortizado	218.037.044	79.119.891	297.156.935
Captações no mercado aberto	78.342.684	8.796.648	87.139.332
Depósitos	104.464.297	11.285.375	115.749.672
Recursos de aceites e emissão de títulos	27.686.963	40.257.716	67.944.679
Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos	7.543.100	10.560.147	18.103.247
Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	8.220.005	8.220.005
Passivos fiscais	-	2.178.344	2.178.344
Obrigações diversas	21.838.699	1.376.282	23.214.981
Outros passivos	8.665.889	602.916	9.268.805
Obrigações Sociais e estatutárias	3.569.719	-	3.569.719
Provisão para passivos contingentes	302.812	4.788.634	5.091.446
Provisão de perda para fianças	82.088	193.548	275.636
Total do passivo	310.818.629	92.771.766	403.590.395

f. Risco operacional

Alinhado às orientações do Bacen e aos conceitos do Comitê de Basiléia, o Banco definiu política de gerenciamento do risco operacional aplicável ao Banco e às suas controladas no Brasil e no exterior.

A política consiste num conjunto de princípios, de procedimentos e de instrumentos que proporcionam a permanente adequação do gerenciamento do risco ao porte, à natureza e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades, dos processos e dos sistemas do Banco.

O Banco e as suas controladas têm uma forte cultura de gestão do risco operacional, que se baseia na avaliação, no monitoramento, na simulação e na validação do risco e está fundamentada em consistentes controles internos. Há um constante aprimoramento dos mecanismos de gestão e de controle do risco operacional, visando o cumprimento das exigências normativas e das diretrizes dos órgãos reguladores, à adaptação rápida a mudanças e antecipação às tendências, entre as quais podemos destacar as novas propostas de revisão da Basileia.

g. Risco social, ambiental e climático

O BTG Pactual entende como riscos social, ambiental e climático: perdas financeiras ou danos à imagem e à reputação em decorrência de danos socioambientais. Inclui a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas, direta ou indiretamente, por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada; e por eventos associados a condições ambientais extremas, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

O BTG Pactual, na condução dos seus negócios, atividades e processos operacionais, assume compromissos com base em práticas de negócios responsáveis e sustentáveis, equilibrando os aspectos econômicos, financeiros, regulatórios, ambientais, sociais e climáticos nas suas operações. Acreditamos que práticas comerciais sólidas e responsabilidade empresarial são fundamentos de longo prazo que devem ser aplicados diariamente para gerar valor aos acionistas e aos clientes por meio de crescimento sustentável no longo prazo.

Para informações atualizadas sobre gerenciamento dos mencionados riscos e a respeito de ESG, consulte os nossos relatórios anuais publicados na página de RI, assim como a nossa página de ESG.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

6. Disponibilidades

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	2.439.095	3.069.046
	2.439.095	3.069.046

O saldo dessa rubrica refere-se basicamente a depósitos no exterior em bancos.

7. Ativos e Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

a. Resumo

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e valores mobiliários	140.173.998	92.001.575
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.597.694	3.605.244
Instrumentos financeiros derivativos	19.983.627	14.288.216
Carteira de câmbio	16.051.810	47.101.490
Total	178.807.129	156.996.525
Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos financeiros derivativos	25.488.283	13.760.429
Empréstimo de ações	3.280.010	2.125.686
Carteira de câmbio	15.961.812	46.948.415
Total	44.730.105	62.834.530

b. Títulos e valores mobiliários:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Títulos públicos federais	66.386.489	67.115.376	39.019.182	38.414.390
Ações	13.785.349	13.785.349	10.006.567	10.006.567
Certificado de recebíveis do agronegócio	871.200	871.793	2.851.130	2.822.310
Certificado de recebíveis imobiliários	2.931.245	2.905.388	1.679.005	1.570.193
Corporate Bond	2.883.449	2.919.618	2.161.079	2.277.366
Fundos	28.804.278	28.804.278	22.727.233	22.727.233
Debêntures	16.924.823	17.914.265	9.541.581	12.231.020
Notas Promissórias	4.833.797	4.817.628	1.721.726	1.721.726
Outros	1.044.546	1.040.303	246.613	230.770
Total	138.465.176	140.173.998	89.954.116	92.001.575

c. Empréstimos e adiantamentos a clientes

	Valor de mercado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e adiantamentos a clientes (i)	2.597.694	3.605.244

(i) Referem-se a posições oriundas do Banco Pan que foram classificadas de acordo com o modelo de negócio “valor justo por meio do resultado” considerando a estratégia de cessão de carteira.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

d. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco e as suas controladas participam ativamente de operações de intermediação de risco envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo a necessidades próprias e de seus clientes, no intuito de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Alguns instrumentos financeiros derivativos podem estar associados a operações com títulos e valores mobiliários ou, ainda, com direitos e obrigações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, estabelecimento de estratégias, determinação de limites, entre outras técnicas de monitoramento. Os limites de exposição ao risco são aprovados pelo Conselho de Administração, com base nas políticas mencionadas anteriormente.

As operações no Brasil são negociadas e registradas ou custodiadas na B3 S.A. Quando são realizadas no exterior, em corretoras de primeira linha. O Grupo BTG Pactual utiliza diferentes instrumentos financeiros para hedge econômico, tais como, opção, termo, futuro e swap com ajustes periódicos. A utilização desses instrumentos tem o objetivo de constituir hedge das posições de tesouraria em mercados, visando adequar o nível de risco existente na carteira aos limites de exposição previstos, sempre que os Comitês/áreas de gestão e de monitoramento de riscos considerem necessários.

- Estrutura de *Hedge* de investimento líquido em operações no exterior

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a estratégia de *hedge* investimento líquido no exterior do Banco consiste em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, proveniente da moeda funcional da operação no exterior em relação a moeda funcional do Banco (real).

Para proteger as alterações dos fluxos de caixa futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Banco utiliza contratos de futuro, ativos financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

31/12/2023			
Hedge de investimento líquido em operações no exterior	Instrumento de <i>hedge</i>		Variação cambial sobre os Investimentos no exterior (i)
	Valor nominal	Variação do valor justo (i)	
	18.990.996	1.099.909	(1.095.838)

31/12/2022			
Hedge de investimento líquido em operações no exterior	Instrumento de <i>hedge</i>		Variação cambial sobre os Investimentos no exterior (i)
	Valor nominal	Variação do valor justo (i)	
	17.833.471	1.090.005	(1.088.823)

- (i) Registrado no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

- Estrutura de *Hedge* de risco de mercado:

O Banco adota a estratégia de hedge de valor justo, que consiste em refletir contabilmente os efeitos econômicos de proteção desejados. A exposição prefixada é proveniente da atividade de Financiamentos e Créditos Estruturados que o Banco opera com seus clientes através da área de Corporate Lending, e devido às características e prática do mercado brasileiro.

Além disso, para financiar todas as linhas de negócio do Banco BTG Pactual, são realizadas captações através de instrumentos de dívida indexadas principalmente em percentual do CDI e IPCA, consequentemente com exposição intrínseca à taxa prefixada. Os principais objetos protegidos por meio desta estratégia são Certificados de Depósito Bancário-CDB, Letras Financeiras-LF, Letras de Crédito Agrário-LCA e Letras de Crédito Imobiliário-LCI.

Os instrumentos designados para a relação de hedge, por sua vez, são futuros de DI e IPCA (DAP) e Swaps.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.

31/12/2023				
	Valor nominal	Mercado	Instrumento de hedge	Objeto do hedge
Hedge de valor justo	(17.139.011)		(386.651)	343.470

31/12/2022				
	Valor nominal	Mercado	Instrumento de hedge	Objeto do hedge
Hedge de valor justo	(14.403.135)		(770.541)	877.576

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve revogação de uma parcela das estratégias de hedge, cuja parcela efetiva era de R\$ 155.021 e que será diferida no resultado de acordo com os prazos dos objetos de hedge.

- Instrumentos financeiros derivativos por contraparte (nocional)

	31/12/2023					31/12/2022
	Câmara de liquidação / bolsa de valores	Instituições Financeiras e Fundos	Empresas	Pessoas Físicas	Total	Total
Mercado futuro						
Posição comprada	133.440.493	1.967.550	-	-	135.408.043	63.524.718
Posição vendida	89.812.495	2.901.354	-	-	92.713.849	57.514.170
Swap						
Posição ativa	19.496.452	263.497.495	15.670.884	2.654.640	301.319.471	204.628.645
Posição passiva	19.520.146	264.066.573	16.701.125	2.636.270	302.924.114	204.628.565
Derivativos de crédito						
Posição ativa	-	8.936.884	-	-	8.936.884	1.348.213
Posição passiva	-	2.466.754	-	-	2.466.754	5.131.045
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	-	55.956.297	54.201.867	367.069	110.525.233	110.483.208
Posição passiva	-	55.276.160	53.946.406	342.404	109.564.970	110.483.208
Operações a termo						
Posição ativa	206.874	1.872.245	271.824	4.375	2.355.318	18.273.566
Posição passiva	208.890	1.873.111	593.002	4.337	2.679.340	17.809.190
Mercado de opções						
Posição ativa	5.272.712	163.405.301	2.136.463	79.248	170.893.724	216.012.965
Posição passiva	5.852.350	138.229.123	5.430.444	58.477	149.570.394	206.904.120
Posição ativa	158.416.531	495.635.772	72.281.038	3.105.332	729.438.673	614.271.315
Posição passiva	115.393.881	464.813.075	76.670.977	3.041.488	659.919.421	602.470.298

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

- Por valor de custo e mercado:

	31/12/2023					31/12/2022
	Custo	Mercado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Mercado
Swaps						
Posição ativa	3.659.136	4.017.732	654.091	906.480	2.457.161	6.430.579
Posição passiva	5.227.853	5.532.907	617.047	1.107.764	3.808.096	4.088.255
Derivativos de crédito						
Posição ativa	229.345	532.204	680	3.187	528.337	124.003
Posição passiva	(3)	38.073	101	180	37.792	241.160
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	6.033.595	4.227.541	442.042	1.144.278	2.641.221	2.534.071
Posição passiva	4.589.085	4.314.000	1.526.547	656.191	2.131.262	5.260.535
Operação a termo						
Posição ativa	2.414.823	2.409.042	588.455	265.528	1.555.059	1.887.209
Posição passiva	2.724.544	2.733.011	896.019	276.390	1.560.602	2.085.240
Mercado de opções						
Posição ativa	3.120.476	8.797.108	5.412.570	1.228.876	2.155.662	3.312.354
Posição passiva	7.338.600	12.870.292	10.116.395	1.003.142	1.750.755	2.085.239
Posição ativa	15.457.375	19.983.627	7.097.838	3.548.349	9.337.440	14.288.216
Posição passiva	19.880.079	25.488.283	13.156.109	3.043.667	9.288.507	13.760.429

- Instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação e patrimoniais (Notional):

	31/12/2023				31/12/2022
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Mercado futuro					
Posição comprada	49.520.496	21.531.319	64.356.228	135.408.043	63.524.718
Moeda	2.604.280	-	16.947	2.621.227	326.896
Taxa de juros	45.313.152	21.479.527	64.114.028	130.906.707	43.903.695
Commodities	1.265.943	51.792	225.253	1.542.988	2.843.478
Índices	337.121	-	-	337.121	16.450.649
Posição vendida	37.902.521	17.412.616	37.398.712	92.713.849	57.514.170
Moeda	20.891.124	-	-	20.891.124	5.270.756
Taxa de juros	14.751.567	17.366.378	37.363.507	69.481.452	43.324.813
Commodities	2.259.634	46.238	35.205	2.341.077	4.188.836
Índices	196	-	-	196	4.729.765
Swap					
Posição ativa	175.825.332	49.542.632	75.951.507	301.319.471	204.628.645
Moeda	12.081.249	7.336.114	6.448.691	25.866.054	24.270.800
Taxa de juros	161.730.828	40.091.958	61.896.655	263.719.441	177.024.152
Commodities	792.836	448.862	573.946	1.815.644	1.275.155
Índices	533.759	692.011	5.371.315	6.597.085	80
Ação	686.660	973.687	1.660.900	3.321.247	2.058.458
Posição passiva	175.520.995	49.865.403	77.537.716	302.924.114	204.628.565
Moeda	12.122.372	7.424.180	7.302.450	26.849.002	24.270.800
Taxa de juros	161.454.487	39.929.046	62.185.112	263.568.645	177.024.152
Commodities	738.453	399.671	440.103	1.578.227	1.275.155
Índices	531.045	690.805	5.151.945	6.373.795	-
Ação	674.638	1.421.701	2.458.106	4.554.445	2.058.458
Derivativos de crédito					
Posição ativa	75.233	82.243	8.779.408	8.936.884	1.348.213
Soberano	7.189	-	164.604	171.793	33.837
Corporativo	68.044	82.243	8.614.804	8.765.091	1.314.376
Posição passiva	14.960	6.778	2.445.016	2.466.754	5.131.045
Soberano	-	-	140.398	140.398	12.966
Corporativo	14.960	6.778	2.304.618	2.326.356	5.118.079
Contratos a termo - NDF					
Posição ativa	63.644.448	17.898.521	28.982.264	110.525.233	110.483.208
Moeda	60.313.207	14.647.945	12.801.891	87.763.043	83.554.636
Commodities	1.485.240	1.347.576	5.441.797	8.274.613	26.928.572
Taxa de juros	1.846.001	1.903.000	10.738.576	14.487.577	-

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Posição passiva	63.250.928	17.727.443	28.586.599	109.564.970	110.483.208
Moeda	59.916.705	14.470.439	12.707.646	87.094.790	83.554.636
Commodities	1.486.856	1.349.154	5.441.822	8.277.832	26.928.572
Taxa de juros	1.847.367	1.907.850	10.437.131	14.192.348	-
Operações a termo					
Posição ativa	559.066	227.972	1.568.280	2.355.318	18.273.566
Taxa de juros	148.213	171.236	16.003	335.452	464.376
Commodities	259.733	1.631	1.017	262.381	17.205.769
Títulos Públicos	-	-	1.549.038	1.549.038	465.818
Ação	149.547	55.105	2.222	206.874	137.603
Moeda	1.573	-	-	1.573	-
Posição passiva	870.960	242.152	1.566.228	2.679.340	17.809.190
Taxa de juros	148.147	171.235	15.942	335.324	-
Commodities	566.194	18.873	6.044	591.111	17.205.768
Títulos Públicos	-	-	1.542.267	1.542.267	465.818
Ação	154.871	52.044	1.975	208.890	137.604
Moeda	1.748	-	-	1.748	-
Opções					
Posição ativa	151.689.530	15.000.671	4.203.523	170.893.724	216.012.965
Compra de opção de compra	31.701.185	5.015.966	3.891.010	40.608.161	65.211.785
Índices	7.221.826	32.560	-	7.254.386	53.046.476
Ação	4.377.689	1.355.080	711.955	6.444.724	3.545.329
Commodities	660.844	122.475	36.645	819.964	1.433.412
Moeda	6.659.766	2.056.075	314.940	9.030.781	7.186.568
Taxa de juros	12.781.060	1.449.776	2.827.470	17.058.306	-
Compra de opção de venda	119.988.345	9.984.705	312.513	130.285.563	150.801.180
Índices	72.133.511	50.160	-	72.183.671	130.179.914
Ação	15.516.480	8.026.941	217.276	23.760.697	6.558.305
Commodities	2.220.206	-	-	2.220.206	471.918
Moeda	17.598.894	1.447.680	95.237	19.141.811	8.627.706
Taxa de juros	12.519.254	459.924	-	12.979.178	4.963.337
Posição passiva	134.400.294	6.629.101	8.540.999	149.570.394	206.904.120
Venda de opção de compra	93.193.962	4.071.616	8.202.036	105.467.614	64.298.910
Índices	64.972.599	191.693	2	65.164.294	53.030.026
Ação	6.380.144	852.713	5.171.626	12.404.483	3.600.048
Commodities	1.014.462	128.470	27.341	1.170.273	1.402.701
Moeda	6.427.410	1.448.662	175.597	8.051.669	6.266.135
Taxa de juros	14.399.347	1.450.078	2.827.470	18.676.895	-
Venda de opção de venda	41.206.332	2.557.485	338.963	44.102.780	142.605.210
Índices	9.230.418	50.160	1	9.280.579	130.153.347
Ação	9.186.726	883.924	181.515	10.252.165	1.131.959
Commodities	1.934.515	10.651	-	1.945.166	845.943
Moeda	8.177.336	1.152.826	157.447	9.487.609	5.510.624
Taxa de juros	12.677.337	459.924	-	13.137.261	4.963.337
Posição ativa	441.314.105	104.283.358	183.841.210	729.438.673	614.271.315
Posição passiva	411.960.658	91.883.493	156.075.270	659.919.421	602.470.298

e. Reclassificação de ativos financeiros

A Administração classifica os ativos financeiros de acordo com os modelos de negócios definidos em conformidade com as estratégias de suas mesas de negociação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções, por parte da administração.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

8. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Títulos públicos federais	3.095.041	3.112.233	863.362	859.910
Ações	3.302.829	3.302.829	2.373.916	2.373.916
Debêntures	5.171.845	5.115.491	6.696.478	6.632.630
Certificado de recebíveis imobiliários	318.153	294.997	224.106	211.245
Notas Promissórias e Comerciais	6.298.915	6.256.682	3.541.427	3.520.241
Corporate Bond	3.872.018	3.926.474	2.796.672	2.710.234
Outros	61.625	61.532	141.934	147.474
Total	22.120.426	22.070.238	16.637.895	16.455.650

9. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados conforme segue:

- Swaps – seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na B3 S.A., de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxas de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas etc.).
- Futuros e Termos – cotações em bolsas ou utilizando critérios idênticos ao acima descritos para swaps.
- Opções – os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos (como Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Todos estes dados são obtidos utilizando-se diferentes fontes (normalmente preços de *brokers* e corretoras, Bloomberg, Reuters).
- Derivativos de crédito – os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos consagrados de mercado que são alimentados com dados de spread de crédito do emissor e curva de rentabilidade da taxa de juros. Tais dados são obtidos utilizando-se diferentes fontes (normalmente preços de mercado, Bloomberg, Reuters).
- Títulos e valores mobiliários – os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nos preços divulgados pela ANBIMA. Os valores justos dos títulos das dívidas de empresas são calculados com base nos preços do mercado secundário, no preço de ativos semelhantes e na visibilidade de mercado que as áreas comerciais da Companhia têm. As ações são calculadas com base nos preços fornecidos pela B3 (bolsa de valores brasileira). As cotas de fundos são valorizadas considerando os preços das cotas divulgadas pelo custodiante.
- Ativos financeiros avaliados ao valor justo – estimamos os valores justos dos instrumentos financeiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco.

Apresentamos abaixo um resumo da hierarquia de precificação dos ativos e passivos a valor justo, classificados de acordo com metodologia de precificação adotada pelo Banco:

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

	31/12/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	115.021.140	54.964.198	8.821.791	178.807.129
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.695.493	14.503.625	2.871.120	22.070.238
Passivo				
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	15.216.739	26.420.935	3.092.431	44.730.105

	31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	70.744.858	78.793.623	7.458.045	156.996.525
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.098.143	9.762.638	1.594.869	16.455.650
Passivo				
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	17.413.167	43.520.702	1.900.661	62.834.530

Não ocorreram reclassificações entre os níveis 1, 2 e 3 durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

10. Aplicações no mercado aberto

Os valores apresentados abaixo são basicamente operações de curto prazo, indexado a taxas referenciais de juros do mercado local ou estrangeiro.

	31/12/2023	31/12/2022
Posição bancada	21.162.205	10.329.313
Posição financiada	39.919.112	46.136.586
Posição vendida	5.301.374	8.899.827
Total	66.382.691	65.365.726

11. Aplicações em depósitos interfinanceiros

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos interfinanceiros	2.250.573	729.351
Aplicações em moedas estrangeiras - overnight	4.931.225	8.019.195
Total	7.181.798	8.748.546

12. Operações de crédito

a. Composição da carteira e da perda esperada

A composição da rubrica Operações de Crédito e recebíveis está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2023		
	Saldo	Provisão	Total
Empréstimos	85.963.962	(5.021.236)	80.942.726
Financiamentos	28.237.891	(1.728.056)	26.509.835
FINAME/BNDES	5.667.070	(19.903)	5.647.167
Operações com características de concessão de crédito	2.912.449	(23.499)	2.888.950
Adiantamento de contratos de câmbio	2.154.154	(28.268)	2.125.886
Financiamento de títulos e valores mobiliários	943.006	(16.429)	926.577
Créditos cedidos com coobrigação	77.963	(4.113)	73.850
Subtotal	125.956.495	(6.841.505)	119.114.991
Ajuste ao valor de mercado (i)	693.908	-	693.908
Total	126.650.403	(6.841.505)	119.808.899

(i) Contemplam contratos que são objeto de hedge contábil.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

	31/12/2022		
	Saldo	Provisão	Total
Empréstimos	82.877.477	(5.266.019)	77.611.458
Financiamentos	22.722.026	(1.490.735)	21.231.291
FINAME/BNDES	4.611.090	(22.298)	4.588.792
Operações com características de concessão de crédito	3.294.589	(81.321)	3.213.268
Adiantamento de contratos de câmbio	3.600.871	(12.637)	3.588.234
Financiamento de títulos e valores mobiliários	1.000.715	(17.667)	983.048
Créditos cedidos com coobrigação	198.221	(13.283)	184.938
Subtotal	118.304.989	(6.903.960)	111.401.029
Ajuste ao valor de mercado (i)	(243.079)	-	(243.079)
Total	118.061.910	(6.903.960)	111.157.950

(i) Contemplam contratos que são objeto de hedge contábil.

b. Movimentação da perda esperada por estágios

Movimentação perda esperada	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2022	3.777.814	789.895	2.336.250	6.903.960
Transferidos para o Estágio 1	-	(5.384)	(6.070)	(11.454)
Transferidos para o Estágio 2	(276.369)	-	(4.970)	(281.339)
Transferidos para o Estágio 3	(1.130.065)	(327.348)	-	(1.457.413)
Oriundos do Estágio 1	-	276.369	1.130.065	1.406.434
Oriundos do Estágio 2	5.384	-	327.348	332.733
Oriundos do Estágio 3	6.070	4.970	-	11.039
Entradas / (saídas) de operações em 2023 (i)	2.285.058	236.147	(2.583.659)	(62.455)
Saldo em 31/12/2023	4.667.892	974.648	1.198.965	6.841.505

Movimentação perda esperada	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2021	3.216.139	697.253	659.556	4.572.948
Transferidos para o Estágio 1	-	(5.676)	(3.264)	(8.940)
Transferidos para o Estágio 2	(187.933)	-	(2.018)	(189.951)
Transferidos para o Estágio 3	(2.229.210)	(216.477)	-	(2.445.687)
Oriundos do Estágio 1	-	187.933	2.229.210	2.417.143
Oriundos do Estágio 2	5.676	-	216.477	222.153
Oriundos do Estágio 3	3.264	2.018	-	5.282
Entradas / (saídas) de operações em 2022 (i)	2.969.879	124.844	(763.711)	2.331.012
Saldo em 31/12/2022	3.777.814	789.895	2.336.250	6.903.960

(i) Contém baixas por write-off.

c. Perdas esperadas de risco de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais do exercício	(6.903.960)	(4.572.948)
Reversão/(constituição) de provisão de perdas esperadas	(2.280.246)	(4.650.965)
Baixa contra provisão	2.342.701	2.319.953
Saldos finais do exercício	(6.841.505)	(6.903.960)

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

13. Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos públicos federais	9.391.853	8.816.005
Cédula de produto rural	8.746.719	6.612.834
Outros	-	2.972
Total	18.138.572	15.431.811

14. Passivos financeiros ao custo amortizado

a. Resumo

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos	133.273.103	115.749.672
Captações no mercado aberto	97.075.862	87.139.332
Recursos de aceites e emissões de títulos	73.531.521	67.944.679
Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos	17.911.780	18.103.247
Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.119.368	8.220.005
Total	341.911.634	297.156.935

b. Depósitos

	31/12/2023	31/12/2022
Depósito à vista	6.087.991	8.641.922
Depósito a prazo	119.702.207	102.303.311
Depósito interfinanceiros	7.334.945	4.590.532
Outros depósitos	135.381	218.739
Subtotal	133.260.524	115.754.504
Ajuste ao valor de mercado (i)	12.579	(4.832)
Total	133.273.103	115.749.672

(i) Considera os ajustes a valor justo dos objetos de hedge contábil.

c. Captações no mercado aberto

	31/12/2023	31/12/2022
Operações com recursos próprios	51.118.927	23.533.248
Operações com recursos de terceiros	39.964.219	46.304.707
Posição vendida	5.992.716	17.301.377
Total	97.075.862	87.139.332

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.

d. Recursos de aceites e emissão de títulos

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e valores mobiliários - país	62.836.929	53.326.359
Letras financeiras	38.497.660	29.848.247
Letras de crédito imobiliários/agronegócio	16.604.973	18.910.600
Certificados de operações estruturadas	3.243.445	1.939.481
Certificados de recebíveis do agronegócio	4.490.851	2.470.305
Debêntures	-	157.726
Títulos e valores mobiliários - exterior	10.625.077	15.163.450
Medium term notes	8.918.852	11.803.051
Fixed rate notes	1.706.225	3.360.399
Subtotal	73.462.006	68.489.809
Ajuste ao valor de mercado (i)	69.515	(545.130)
Total	73.531.521	67.944.679

Em 31 de dezembro de 2023, as obrigações por títulos e valores mobiliários no país são basicamente indexadas a percentuais de taxa referencial de juros (CDI) entre 80% e 123% ou índices de preço (IPCA e IGPM) mais taxa pré-fixada entre 2,19% a.a. e 8,10% a.a. (31 de dezembro de 2022 - taxa referencial de juros (CDI) entre 100% e 127% ou índices de preço (IPCA e IGPM) mais taxa pré-fixada entre 0,49% a.a. e 7,85% a.a.).

Em 31 de dezembro de 2023, as obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior possuíam taxas entre 2,5% a.a. e 7,4% a.a. (31 de dezembro de 2022 - entre 2,5% a.a. e 7,4% a.a.).

e. Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos no exterior	12.108.814	7.097.919
Obrigações em moedas estrangeiras	6.681.151	5.465.954
Obrigações por empréstimos no exterior	5.427.663	1.631.965
Empréstimos no país	-	4.361.552
Obrigações por empréstimos no país	-	4.361.552
Obrigações por repasses no país	5.473.404	6.234.462
FINAME/BNDES	5.473.404	6.234.462
Operações de arrendamento	329.562	409.314
Total	17.911.780	18.103.247

f. Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital

Nome do papel - moeda	31/12/2023					31/12/2022
	Valor principal (moeda original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil	Saldo contábil
Letras Financeiras Subordinadas Elegíveis a Capital - R\$ (i)	16.422.275	11/02/2019 até 22/12/2023	De 23/01/2026 até 03/04/2034	100% a 140% CDI	16.422.275	4.502.409
Letras Financeiras Subordinadas Elegíveis a Capital - R\$	65.053	22/03/2019 até 21/03/2023	Perpetuo	110% a 126% CDI	65.053	53.152
Notas Subordinadas - US\$	1.599	15/02/2019	15/02/2029	7.75% a.a.	7.740	37.555
Notas Subordinadas - CLP	92.877.024	16/01/2019	01/11/2028	2.25% a.a.	510.825	543.066
Notas Subordinadas Elegíveis a Capital - US\$	601.876	15/02/2019	15/02/2029	7.75% a.a.	2.913.860	3.141.063
Subtotal					19.919.753	8.277.245
Ajuste ao valor de mercado (i)					199.615	(57.240)
Total					20.119.368	8.220.005

(i) Letras financeiras possuem vencimentos, taxas e valor principal distintos, com amortizações semestrais.

(i) Considera os ajustes a valor justo dos objetos de hedge contábil de valor justo.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.

15. Outros ativos

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

a. Outros ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais (i)	3.496.229	2.941.481
Imposto a compensar	2.878.421	1.632.120
Propriedades para investimento	719.938	570.835
Devedores diversos - país (ii)	5.972.288	6.316.390
Serviços prestados a receber	209.994	206.226
Direitos sobre venda de energia	1.429.699	157.018
Taxa de administração e performance de fundos e carteiras de investimento	1.217.630	1.011.786
Dividendos e bonificações	187.670	140.965
Despesas antecipadas	1.419.358	1.416.685
Negociação de intermediação de valores	5.306.113	5.298.359
Títulos e créditos a receber	8.720.447	6.748.934
Diversos	869.975	604.079
Total	32.427.762	27.044.878

(i) A rubrica de depósitos judiciais é classificada e mensurada a custo amortizado. Entretanto, para fins de formato de apresentação, optamos por manter no grupo de Custo amortizado do balanço patrimonial, apenas o que é referente à operação do banco.
(ii) Substancialmente, corresponde a valores a receber decorrentes de vendas a prazo de commodities.

b. Direitos de uso

	31/12/2023	31/12/2022
Direitos de uso de arrendamento	322.262	401.066

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

16. Investimento em coligadas e controladas em conjunto

	Coligadas e empresas com controle compartilhado					
	Patrimônio líquido		Lucro Líquido / (Prejuízo)		Participação	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Too Seguros S.A.	639.624	450.877	318.220	217.995	51,00%	51,00%
Pan Corretora S.A.	61.900	49.044	60.622	47.765	51,00%	51,00%
BTG Pactual Holding S.A.R.L.	3.124.840	3.427.813	1.615.518	1.079.848	40,00%	40,00%

	31/12/2022	Aquisição / Aporte / Transferência / (Vendas)	Dividendos / Juros sobre capital próprio	Resultado de Participação	Variação Cambial	Ajuste de avaliação patrimonial	31/12/2023	Resultado de Participação de 31/12/2022
Too Seguros S.A.	229.947	-	(115.663)	211.308	-	616	326.208	111.179
Pan Corretora S.A.	25.012	-	(24.359)	30.917	-	-	31.570	24.360
BTG Pactual Holding S.A.R.L.	1.371.125	-	(668.487)	646.207	(98.910)	-	1.249.935	431.939
Outros (i)	6.291.674	(275.385)	(12.631)	188.274	35.495	(8.863)	6.218.564	180.959
Total	7.917.758	(275.385)	(821.140)	1.076.706	(63.415)	(8.246)	7.826.277	748.437

(i) A rubrica de Outros contempla basicamente saldos referentes às seguintes participações: Eneva: 21,24%, Galgo S.A.: 6,67% e Visum: 50% (Em 31 de dezembro de 2022 – Eneva 21,53%, Galgo S.A. 6,67% e Visum 50%).

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

17. Ativo intangível

	Movimentação do Intangível				31/12/2023
	31/12/2022	Aquisições / Transferência / Baixa	Amortizações	Variação cambial	
Ágio (i)	8.400.982	221.975	-	-	8.622.957
Intangível (ii)	3.633.091	238.513	-	(877)	3.870.727
Amortização acumulada	(1.780.653)	57.424	(1.082.140)	711	(2.804.658)
Total	10.253.420	517.912	(1.082.140)	(166)	9.689.026

(i) Em junho de 2022 foi concluída a avaliação da alocação dos ativos da aquisição do Banco Pan S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificada necessidade de realização de impairment no exercício para esse ativo. A revisão do ágio por redução ao valor recuperável (impairment) foi baseada, entre outros fatores, em premissas macroeconômicas, market share, cenários regulatório e de estresse.

(ii) Refere-se principalmente a licenças e direitos autorais, softwares, marcas e patentes.

18. Passivos fiscais

A composição dessa rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Diferidos	476.244	694.187
Contribuição social e imposto de renda diferidos (Nota 22)	476.244	694.187
Correntes	4.020.634	1.484.157
Impostos e contribuições a recolher	390.042	194.566
Impostos e contribuições a pagar	3.630.592	1.289.591
Total	4.496.878	2.178.344

19. Obrigações diversas

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações por aquisição de bens e direitos	276.341	250.195
Provisão para pagamentos a efetuar	2.399.036	3.012.580
Credores diversos e Receitas antecipadas (i)	27.356.051	19.952.206
Total	30.031.428	23.214.981

(i) Corresponde substancialmente a provisões matemáticas relacionadas aos produtos de seguros, vida e previdência ofertados pelo grupo.

20. Outros passivos

	31/12/2023 (i)	31/12/2022
Transações de pagamento (ii)	3.051.068	3.258.247
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores (iii)	2.752.695	3.845.103
Liquidações pendentes	1.972.548	1.804.044
Outros	433.584	361.411
Total	8.209.895	9.268.805

(i) As transações classificadas no grupo de Outros passivos possuem liquidação média inferior a 90 dias. As transações de pagamento possuem operações que podem exceder a esse período, mas a liquidação ocorrerá em prazo inferior a 12 meses.

(ii) Referem-se basicamente a valores a pagar, relativos a transações com cartão.

(iii) A rubrica representa, basicamente, operações de vendas de títulos emitidos por governos de outros países, a serem liquidadas nos prazos regulamentares.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

21. Provisões e passivos contingentes

A Administração do Banco avalia as obrigações das empresas do Grupo BTG Pactual e constitui provisão sempre que considerar como provável a saída de recursos para quitar as obrigações presentes (formalizadas ou não formalizadas) de prazos ou valores incertos. O julgamento da Administração para determinar a expectativa de perda leva em consideração, inclusive, as interpretações de seus assessores jurídicos externos.

a. Provisões

i. Tributárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são decorrentes de processos judiciais e administrativos relacionados à tributos federais, estaduais e municipais. Sua constituição é baseada na probabilidade de saída de recursos, considerando também a opinião de consultores jurídicos externos e a instância em que se encontra cada um dos processos.

ii. Cíveis

Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios), os valores das contingências são provisionados com base na probabilidade de saída de recursos, tendo o parecer de consultores jurídicos externos como uma das fontes para a estimativa.

iii. Trabalhistas

São compostas por demandas judiciais de ex-colaboradores, constituídas principalmente por pedidos de horas extras e de equiparação salarial. Os valores das provisões são estimados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando, entre outros, o estágio do processo e pareceres de consultores jurídicos externos.

b. Composição e movimentação das provisões

As provisões constituídas e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023			Cível (ii)	Trabalhista	Total
	Obrigações Legais	Tributária Ações Fiscais e Previdenciárias (i)	Total			
Saldo no início do exercício	1.373.158	1.685.971	3.059.129	1.815.755	216.562	5.091.446
Constituição / Reversão	105.694	(112.126)	(6.432)	392.464	(16.130)	369.902
Baixa	(102.201)	(111)	(102.312)	(292.677)	(70.918)	(465.907)
Saldo no final do exercício	1.376.651	1.573.734	2.950.385	1.915.542	129.514	4.995.441

(i) Considera, em 31 de dezembro de 2023, provisão relacionada à discussão judicial ativa no montante de R\$ 330.320 (R\$ 311.726 em 31 de dezembro de 2022). Deste montante, R\$ 18.594 decorrem de atualização no período.

(ii) Considera, em 31 de dezembro de 2023, provisão para outros riscos não litigiosos no montante de R\$ 670.774 (R\$ 687.258 em 31 de dezembro de 2022). Deste montante, R\$ 10.984 decorrem de constituições/reversões e R\$ (27.469) de baixas para pagamento no período.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

i. Tributos com exigibilidade suspensa e outros passivos tributários

O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns impostos e contribuições. Os valores referentes às obrigações presentes (legais ou não formalizadas), referente às quais se estima (com base inclusive em interpretações de assessores jurídicos externos) como provável saída de recursos, estão provisionados no montante que a Administração considera adequado para cobrir perdas futuras. Entre as referidas discussões judiciais, destacamos o processo que envolve a legalidade da cobrança da COFINS de acordo com as regras estabelecidas na Lei 9.718/98.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo BTG Pactual figurava como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados, de acordo com as normas contábeis vigentes. A seguir a descrição dos processos relevantes.

- Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em que se discute suposta incidência de contribuição previdenciária sobre os valores referentes à participação e a sua dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor envolvido é de R\$ 1.650 milhões. Parte desse valor conta com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.
- Processo relativo à desmutualização e ao IPO da Bovespa e da BM&F, em que se discute a tributação de PIS e Cofins sobre receitas auferidas na alienação das ações das referidas sociedades. O valor envolvido é de R\$ 66 milhões e conta também com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.
- Em dezembro de 2015, foi recebido auto de infração no valor de R\$ 2.164 milhões, referente aos anos de 2010 e 2011, em que autoridade fiscal considerou indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS, realizada em 2006, bem como na recompra do Banco pelo BTG, em 2009. Foi apresentada defesa contra esse auto no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais da Receita Federal do Brasil (CARF), que foi julgada parcialmente favorável para reduzir o valor autuado em R\$ 278 milhões. Contra a parte desfavorável, foi apresentado novo recurso, também ao CARF, o qual, em fevereiro de 2019, foi julgado procedente para o aproveitamento do ágio gerado na operação de aquisição do Banco pelo UBS. Contra essa decisão, foram interpostos recursos pela PGFN e pelo Banco. Em 14/12/2023, foi proferido acórdão pela Camara Superior do CARF, contra o qual não cabe recurso, que confirmou a decisão favorável relativamente ao ágio decorrente da operação de aquisição do Banco pelo UBS em 2006. O valor remanescente da contingência é de R\$ 114 milhões.
- Em dezembro de 2017, foi recebido auto de infração no valor de R\$ 1.198 milhões, referente a 2012, em que foi considerado indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS realizada em 2006, o ágio referente à recompra do Banco pelo BTG em 2009 e o ágio gerado na subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince ("Ágio Copa"), em 2011. Em outubro de 2019, a segunda instância administrativa julgou parcialmente procedente para reconhecer o Ágio Copa. Contra essa decisão, foram interpostos recursos pelo Banco e pela PGFN. Em dezembro de 2018, foi recebido um auto de infração no valor de R\$ 547 milhões, referente a 2013. Foi apresentada defesa contra essa autuação que aguarda decisão de segunda instância administrativa. Por fim, em fevereiro de 2019, foi recebido auto de infração no valor de R\$ 330 milhões, referente a 2014. Contra essa atuação foi apresentada defesa, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa. O Banco não espera incorrer em qualquer perda (além das

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

despesas do recurso) relacionada aos autos de infração, e não constituiu (e não espera ter de constituir) qualquer provisão em suas demonstrações contábeis. Além da avaliação quanto à improcedência dos autos de infração, caso o Banco venha a incorrer em perdas, a Administração acredita ter o direito de ser indenizado por sua controladora por parte dessas perdas. Dessa forma, em nenhum caso o BTG Pactual espera incorrer em qualquer perda material relacionada a esse assunto.

- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração em que se discute uma suposta insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS e impõe multa isolada, referente a 2012, no valor de R\$ 242 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que foi julgado parcialmente procedente para excluir a multa isolada. Contra a parte desfavorável da decisão, foi interposto recurso para a segunda instância administrativa.
- Em dezembro de 2017, na qualidade de responsável solidário pelo Banco Pan S.A., o Banco recebeu auto de infração de IRRF supostamente devido na alienação de investimento no Brasil por ente estrangeiro, referente ao ano de 2012, no valor de R\$ 92 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa.
- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de Imposto de Renda sobre o suposto ganho de capital na incorporação de sociedades, ocasião em que a One Properties foi incorporada pela BR Properties, no valor de R\$1.348 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa.
- Em dezembro de 2018, o Banco teve ciência da não homologação da compensação de saldo negativo de IRPJ, referente a 2013, no valor de R\$ 83 milhões. Em junho de 2019 foi proferida decisão desfavorável na primeira instância administrativa. Contra essa decisão foi apresentado recurso, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa. Em março de 2019, o Banco teve ciência da não homologação da compensação de saldo negativo de CSLL, referente ao mesmo ano, no valor de R\$ 80 milhões. Em agosto de 2019, foi proferida decisão desfavorável ao Banco em primeira instância administrativa. Contra essa decisão, foi apresentado recurso para a segunda instância administrativa.
- Em setembro de 2019, na condição de responsável solidário do Banco Sistema S/A (“Banco Sistema”), o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, totalizando R\$ 4.295 milhões, referente à aquisição do Banco Bamerindus do Brasil (atual Banco Sistema) em 2014. Em outubro de 2019, foi apresentada defesa em primeira instância administrativa que, em abril de 2020, foi julgada parcialmente procedente, reduzindo em 98% o valor da autuação. Contra a parte desfavorável da decisão, foi interposto recurso para a segunda instância administrativa. Em caso de decisão desfavorável definitiva haverá reflexos no saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL utilizados para pagamento do PERT, em 2017, no montante de R\$ 1.245 milhões. Em razão do prognóstico atribuído pelos advogados, o Banco não constituiu qualquer provisão em suas demonstrações contábeis individuais. Além disso, a Administração não espera incorrer em qualquer perda relacionada ao tema.
- Em março de 2020, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre o ganho de capital na venda das ações da Rede D’or, em 2015, no valor de R\$ 713 milhões. Em setembro de 2020, foi proferida decisão desfavorável em primeira instância administrativa. Contra essa decisão, foi apresentado recurso para a segunda instância administrativa.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

- Em julho de 2021, na condição de responsável solidário, o Banco recebeu auto de infração de IRRF supostamente devido sobre os rendimentos distribuídos a cotistas de fundo de investimento, no valor de R\$ 425 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.
- Em dezembro de 2021, o Banco recebeu auto de infração que visa a cobrança de IRPJ/CSLL, no valor de R\$117 milhões, decorrente de suposto erro formal no preenchimento de sua ECF no ano de 2016. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.
- Em dezembro de 2018, a BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda (“Gestora”), controlada indireta do Banco, recebeu auto de infração totalizando o valor de R\$117 milhões, referente aos anos de 2013 e 2014, acerca do ágio amortizado gerado na aquisição da BFRE em 2012. Em setembro de 2019, foi proferida decisão de primeira instância desfavorável. Contra essa decisão, foi interposto recurso para a segunda instância administrativa.
- Em dezembro de 2021, o Banco Sistema, controlada direta do Banco, recebeu auto de infração de PIS/COFINS, no valor de R\$147 milhões, supostamente incidente sobre receitas operacionais referente ao período de 2007 a 2009. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que foi julgado procedente. Atualmente, aguarda-se julgamento na segunda instância administrativa.
- INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) – Incidência de contribuição previdenciária sobre PLR e PAT, dos anos calendários de 2012, 2013, 2016 e 2017 do Banco Pan, controlada direta do Banco. Em dezembro de 2023, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 148.206.
- Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos do Banco Pan, controlada direta do Banco. Em dezembro de 2023, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 281.012.
- IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendários de 2007 a 2017 do Banco Pan. Em dezembro de 2023, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 1.054.017.
- PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de comissões pagos aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referente ao ano calendário de 2017 do Banco Pan. Em dezembro de 2023, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 264.003.
- Em 2023, na condição de responsável solidário por Fundo de Investimento Imobiliário - FIIs, a BTG Pactual Serviços Financeiros S/A (“PSF”) recebeu autos de infração que visam à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e multas por descumprimento de obrigação acessória, totalizando R\$ 763 milhões, referente ao enquadramento dos fundos como pessoa jurídica, nos moldes da Lei 9.779/99. Contra as autuações foram apresentadas defesas. Em razão do prognóstico atribuído pelos advogados, a PSF não constituiu qualquer provisão em suas demonstrações contábeis individuais.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

- Em dezembro de 2023, o Banco recebeu auto de infração que visa a cobrança de IRPJ/CSLL, no valor de R\$ 67 milhões, relativo à compensação de imposto pago no exterior referente ao ano de 2018. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.

22. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo	11.389.358	8.488.406
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.125.211)	(3.819.783)
(Inclusões)/Exclusões temporárias no cálculo da tributação	2.986.855	2.915.637
Resultado da equivalência patrimonial de coligadas no país	(563.333)	1.092.687
Dividendos	511.840	317.256
Juros sobre capital próprio	1.237.136	1.161.098
Resultado da avaliação a mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	813.688	1.246.456
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(46.585)	(620.730)
Ganho/(Perda) cambial sobre investimentos no exterior	81.604	31.253
Remensuração de participação acionária (Aquisição em estágios)	(289.150)	(585.522)
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.241.655	273.140
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente - Brasil	(2.138.356)	(904.145)
(Despesa) / receita de tributos diferidos	729.340	(389.497)
Total de (despesa) / receita	(1.409.016)	(1.293.642)

A movimentação dos ativos fiscais diferidos, referente ao imposto de renda e contribuição social, apresentados na rubrica "Ativos Fiscais - Diferidos", podem ser assim demonstrados:

Imposto de renda e contribuição social	31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2023
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	1.563.907	-	(126.306)	1.437.601
Juros sobre capital próprio	254.250	254.250	(254.250)	254.250
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.987.154	17.610	-	4.004.764
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	402.650	-	(502.828)	(100.178)
Combinação de negócios	(3.427.722)	881.157	-	(2.546.566)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	311.856	-	(1.673)	310.183
Outras diferenças temporárias	2.557.147	88.265	(524.077)	2.121.334
Total	5.649.241	1.241.282	(1.409.135)	5.481.388

Imposto de renda e contribuição social	31/12/2021	Constituição	Realização	31/12/2022
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	1.993.882	-	(429.975)	1.563.907
Juros sobre capital próprio	254.250	254.250	(254.250)	254.250
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.627.272	359.882	-	3.987.154
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	1.605.492	-	(1.202.842)	402.650
Combinação de negócios	(1.203.359)	(2.224.363)	-	(3.427.722)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	301.629	10.227	-	311.856
Outras diferenças temporárias	1.413.949	1.143.198	-	2.557.147
Total	7.993.115	(456.807)	(1.887.067)	5.649.241

A rubrica ativos fiscais diferidos possui créditos tributários, que se referem a PIS e COFINS diferidos no montante R\$ 111.505 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 151.244).

A seguir está apresentada a composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em vista a expectativa para realização dos ativos fiscais diferidos.

Descrição	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa contribuição social	Total
-----------	---	---	-------

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

2024	587.159	85.093	672.252
2025	332.909	187.343	520.252
2026	1.000.369	256.253	1.256.622
2027	1.000.369	227.924	1.228.293
A partir de 2028	1.122.982	680.987	1.803.969
Total	4.043.788	1.437.600	5.481.388
Valor presente	2.984.975	985.827	3.970.802

O Banco Pan S.A., empresa controlada e consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas, possui um saldo de crédito tributário de R\$3,5 bilhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado por sua Administração. Em 13 de Novembro de 2019, foi publicada a Emenda Constitucional nº 103, que dispõe sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos Bancos de 15% para 20%, com vigência a partir de 1º de março de 2020.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, que instituiu novas alíquotas da CSLL para instituições financeiras e assemelhadas para o período entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022. Especificamente, a MP majorou para 21% a alíquota da CSLL aplicável aos bancos no período em questão, sendo tal alíquota reduzida novamente a 20% a partir de 1º de janeiro de 2023. Para as demais instituições financeiras e assemelhadas, conforme legislação aplicável, a alíquota da CSLL foi majorada para 16% entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, sendo reduzida para 15% a partir de 1º de janeiro de 2023. Os efeitos dessa majoração nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram irrelevantes.

23. Patrimônio líquido

a. Capital social e reservas de capital

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.506.119.928 ações (31 de dezembro de 2022 – 11.506.119.928), sendo 7.244.165.568 ações ordinárias (31 de dezembro de 2022 – 7.244.165.568), 2.864.529.000 ações preferenciais classe A (31 de dezembro de 2022 – 2.864.529.000) e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B (31 de dezembro de 2022 – 1.397.425.360), todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias propiciam aos respectivos detentores o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e participarão, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

Os titulares das ações preferenciais Classe A e B têm direito a voto restrito, mas terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de lucros.

As ações preferenciais Classe A conferem aos respectivos titulares o direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou do Banco, sem a necessidade de deliberação e reunião de conselho ou de acionistas, desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pelo Banco, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista a converter seja BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão, BTG Pactual Holding S.A. (ou a sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais que 50% das ações ordinárias de emissão do Banco e (iii) seja sempre observado o acordo de acionistas do Banco. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que (i) o Banco seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o Acordo de Acionistas do Banco. As ações preferenciais Classe B têm direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de eventual alienação de controle do Banco, ao mesmo preço e mesmas condições.

Segue abaixo composição das ações:

	Ordinária	Preferenciais		Total
		Classe A	Classe B	
Em circulação em 31 de dezembro de 2023	7.244.165.568	2.864.529.000	1.397.425.360	11.506.119.928
Em circulação em 31 de dezembro de 2022	7.244.165.568	2.864.529.000	1.397.425.360	11.506.119.928

b. Ações em tesouraria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Banco realizou recompra de 14.119.600 units no valor total de R\$301.176. Em 31 de dezembro de 2022 o Banco realizou recompra de 10.000.000 no valor de R\$231.252.

c. Reserva legal

Constituída semestralmente à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária brasileira antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

De acordo com o Estatuto, essa reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social.

e. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função do resultado não distribuído apurado em agência no exterior.

f. Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a distribuição mínima de 1% do lucro líquido estatutário do exercício apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP) ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco deliberou o seguinte montante referentes à juros sobre capital próprio:

(i) R\$1.530.000, equivalente a R\$0,13 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 1º de agosto de 2023, e foram pagos no dia 15 de agosto de 2023.

(ii) R\$880.000, equivalente a R\$0,07 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 29 de novembro de 2023, e foram pagos no dia 15 de fevereiro de 2024.

(iii) R\$565.000 equivalente a R\$0,04 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2023, e foram pagos no dia 15 de fevereiro de 2024.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco deliberou e pagou os seguintes montantes referentes à juros sobre capital próprio:

(i) R\$1.200.000, equivalentes a R\$0,10 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 1º de agosto de 2022, e foram pagos em 15 de agosto de 2022.

(ii) R\$750.000, equivalentes a R\$0,07 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2022, e foram pagos em 15 de fevereiro de 2023;

(iii) R\$565.000, equivalentes a R\$0,05 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2022, e foram pagos em 15 de fevereiro de 2023.

24. Lucro por ação

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	10.254.760	7.650.742
Média ponderada por lote de mil ações ordinárias em aberto no exercício	7.244.166	7.244.166
Média ponderada por lote de mil ações ordinárias em tesouraria	22.436	2.127
Lucro líquido por ação ordinária - básico	1,42	1,06
Lucro líquido por ação ordinária - diluído	1,42	1,06
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe A em aberto no exercício	2.864.529	2.864.529
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe A em tesouraria	44.872	4.255
Lucro líquido por ação preferencial classe A - básico	3,58	2,67
Lucro líquido por ação preferencial classe A - diluído	3,64	2,67
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe B em aberto no exercício	1.397.425	1.397.425
Lucro líquido por ação preferencial classe B - básico e diluído	7,34	5,47
Média ponderada por lote de mil ações em aberto no exercício	11.506.120	11.506.120
Média ponderada por lote de mil ações em tesouraria	67.307	6.382
Lucro líquido por ação - Básico	0,89	0,66
Lucro líquido por ação - Diluído	0,90	0,67

As distribuições de lucros são apuradas e realizadas, conforme mencionado na nota 23-F, com base no lucro líquido apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BRGAAP, ajustado nos termos do artigo 202 da lei nº 6.404/76.

25. Resultado líquido com instrumentos financeiros

	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito	32.737.050	28.967.079
Resultado de aplicações compulsórias no Banco Central do Brasil	1.904.247	1.642.363
Captação no mercado	(13.039.922)	(15.402.127)
Depósitos	(12.030.642)	(10.275.253)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(12.093.040)	(9.735.181)
Empréstimos, repasses e passivos de arrendamentos	(10.975.968)	(14.596.353)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e derivativos	37.006.360	40.733.397
Total	23.508.085	21.333.925
Receitas de juros	49.799.280	37.983.659
Despesas de juros	(63.297.555)	(57.383.132)
Resultados decorrentes de mensuração a valor justo	37.006.360	40.733.398
Total	23.508.085	21.333.925

26. Receita de prestação de serviços

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de administração e prêmio de performance de fundos e carteiras de investimentos	2.281.807	2.031.843
Assessoria técnica	1.443.424	2.129.942
Corretagem	1.203.125	1.194.052
Comissão de colocação de títulos	1.278.008	908.577
Rendas de garantias prestadas	634.371	416.512
Receitas com serviços prestados a pessoas físicas e outros serviços (i)	2.258.201	1.719.658
Total	9.098.936	8.400.584

(i) Refere-se substancialmente a serviços prestados pelo Banco Pan, englobando receita de cartão de crédito, taxas e tarifas de conta corrente.

27. Outras receitas / (despesas)

	31/12/2023	31/12/2022
Atualização de valores a receber/pagar por venda de bens e direitos	123.434	63.601
Atualização monetária de depósitos judiciais e outros	196.094	150.286
Desconto concedido em renegociações	(500.293)	(306.121)
Despesas com operações de crédito cedidas	(2.045.303)	(1.690.292)
Provisão para passivos contingentes	(369.902)	(330.317)
Outras provisões	(190.700)	(68.098)
Resultado não operacional	(22.307)	245.303
Outros resultados operacionais	27.280	(332.253)
Total	(2.781.697)	(2.267.891)

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

28. Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros e consultorias	2.814.342	2.400.023
Telecomunicações e processamento de dados	1.873.918	1.662.311
Locações e condomínios	168.445	129.172
Despesas do sistema financeiro	887.951	980.375
Propaganda e relações públicas	667.268	666.627
Depreciações e amortizações	1.223.968	1.362.518
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.718.541	1.537.949
Outros	1.026.979	455.662
Total	10.381.413	9.194.637

29. Partes relacionadas

As instituições integrantes do Grupo BTG Pactual investem suas disponibilidades, primordialmente, em produtos de captação do Banco. Os saldos das operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

	Prazo	Taxa	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos			(384)	19.986	(38.602)	(27.677)
Operações de crédito	15/02/2024 a 16/02/2043	CDI a CDI+3,5% SOFR a SOFR+2,36%	6.593.527	5.898.864	201.048	204.289
Diversos			-	70.098	-	-
Depósitos	04/12/2025 a 29/12/2025	CDI	(46.379)	(100.622)	(4.278)	(1.856)

Conforme divulgação no site de relações com investidores do Banco em 23 de dezembro de 2022 e 08 de setembro de 2023, foram celebrados pelo Banco um compromisso para aquisição de carteiras de crédito do Banco Pan S.A. ("Pan"), empresa controlada e consolidada nestas demonstrações financeiras consolidadas. Estas transações são consideradas "neutras" para o BTG, visto que as operações de crédito cedidas pelo Pan já estavam presentes nas demonstrações financeiras consolidadas do consolidado e por isso não devem afetar a posição patrimonial e o resultado do controlador.

A remuneração total paga ao pessoal chave da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 22.530 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 21.600), a qual é considerada benefício de curto prazo.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

30. Outras informações

a. Caixa e equivalente de caixa

Saldos no início do exercício	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	3.068.946	3.219.641
Aplicações no mercado aberto	65.255.592	49.996.040
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.231.901	4.128.570
Total	76.556.439	57.344.251
Saldos no final do exercício	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	2.439.095	3.068.946
Aplicações no mercado aberto	64.775.654	65.255.592
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.664.079	8.231.901
Total	72.878.828	76.556.439

b. Comparação entre as práticas contábeis do BRGAAP e IFRS

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.818/20, apresentamos a seguir as principais diferenças entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BRGAAP (que é a base contábil para fins de apuração fiscal, bem como para distribuição de lucros aos acionistas), e as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS).

Combinação de negócios

O ágio adquirido em combinações de negócios é resultante da diferença entre a contraprestação e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Esse ágio é amortizado ao longo do prazo previsto para a realização dos benefícios econômicos futuros que fundamentaram seu reconhecimento no BRGAAP. Por outro lado, de acordo com as IFRS, o ágio não é amortizado, mas é testado, no mínimo anualmente, para identificar possíveis impairment. Em relação à aquisição em etapas (step acquisition), até o exercício de 2022, o BRGAAP não exigia a mensuração do valor justo da participação anteriormente detida antes da aquisição de controle. Já no IFRS, os efeitos das remensurações impactavam a demonstração do resultado, com o valor correspondente sendo alocado à reserva de lucros. Essa diferença de tratamento contábil até 2022 resulta em uma diferença nos patrimônios entre os GAAPs.

Instrumentos financeiros

Além das diferenças nas classificações de instrumentos financeiros entre o BRGAAP e as IFRS, a principal divergência introduzida pela IFRS 9, em comparação com as regras do Banco Central (Resolução 2.682 e Circular 3.068), é o cálculo sistemático da Perda esperada para ativos financeiros.

Arrendamentos

Embora tenha um impacto insignificante no resultado do período, o IFRS 16 prevê a contabilização do fluxo total de pagamentos de aluguéis a serem realizados, descontado por uma taxa incremental, como passivo do Banco, com o correspondente reconhecimento do Direito de uso no Ativo no momento inicial. Posteriormente, o ativo será depreciado com base na vida útil do contrato de aluguel, enquanto o passivo será atualizado considerando o efeito dos juros ao longo do tempo. Já o BRGAAP prevê o reconhecimento linear do aluguel no resultado, como contrapartida de lançamentos em contas a pagar mensalmente.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Variação cambial de investimentos no exterior

Até o exercício de 2016, no BRGAAP, as variações cambiais dos investimentos no exterior eram contabilizadas como resultado do período, enquanto nas IFRS esses efeitos eram sempre registrados no Patrimônio Líquido como Outros Resultados Abrangentes quando a moeda funcional da investida era diferente da moeda funcional do investidor. A partir de 2017, houve a convergência nesse tratamento contábil em ambas as práticas, e desde então as movimentações não apresentam diferenças. No entanto, considerando a divergência de conceitos entre as práticas até 2017, existe uma diferença, proveniente de exercícios anteriores, na rubrica de Outros resultados abrangentes entre os GAAPs.

Efeitos tributários

Com base nos itens mencionados anteriormente e considerando que a base tributária do Banco é apurada de acordo com a contabilidade conforme o BRGAAP, são apurados e contabilizados efeitos de impostos diferidos relacionados a essas diferenças de GAAP nestas demonstrações financeiras consolidadas.

31. Eventos subsequentes

Notas Subordinadas

Em 12 de janeiro de 2024, o Banco, por meio da sua filial BTG Pactual Cayman Branch, anunciou a intenção de, em 15 de fevereiro de 2024, resgatar a totalidade das Notas Subordinadas (com taxa de 7,750%) que estão em circulação, as quais estão listadas na Official List of the Luxembourg Stock Exchange e negociadas no mercado Euro MTF da Luxembourg Stock Exchange. A conclusão desta transação está condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil.

Certificate Of Completion

Envelope Id: 8C75535499F14D699EE95D5DE0EAC430	Status: Completed
Subject: PT_IFRS_BTG_Consolidado_Dez23_28.03_21h-combined.pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 66	Signatures: 1
Certificate Pages: 8	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Patricia Alves
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	patricia.a.oliveira@pwc.com
	IP Address: 18.231.224.80

Record Tracking

Status: Original	Holder: Patricia Alves	Location: DocuSign
28 March 2024 22:16	patricia.a.oliveira@pwc.com	
Status: Original	Holder: CEDOC Brasil	Location: DocuSign
28 March 2024 22:49	BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	

Signer Events	Signature	Timestamp
Edison Arisa	DocuSigned by:  E85657BCC20D4F4...	Sent: 28 March 2024 22:17
edison.arisa@pwc.com		Viewed: 28 March 2024 22:48
PricewaterhouseCoopers		Signed: 28 March 2024 22:49
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate	Signature Adoption: Drawn on Device	
Signature Provider Details:	Using IP Address: 18.231.224.30	
Signature Type: ICP Smart Card		
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5		
Electronic Record and Signature Disclosure:		
Not Offered via DocuSign		

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
jacqueline costa	COPIED	Sent: 28 March 2024 22:17
jacqueline.costa@pwc.com		
PwC BR		
Security Level: Email, Account Authentication (None)		
Electronic Record and Signature Disclosure:		
Not Offered via DocuSign		
jessica souza	COPIED	Sent: 28 March 2024 22:17
jessica.ssousa@pwc.com		
Security Level: Email, Account Authentication (None)		

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		
Patricia Alves patricia.a.oliveira@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 28 March 2024 22:49 Viewed: 28 March 2024 22:49 Signed: 28 March 2024 22:49
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		
thais ferreira thais.ferreira@pwc.com Sócia PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 28 March 2024 22:17
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		
thayane martins thayane.martins@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 28 March 2024 22:17
Electronic Record and Signature Disclosure: Accepted: 03 May 2023 10:47 ID: 46a2275c-a911-4008-bf07-90c7c6eae31e Company Name: PwC		
Witness Events	Signature	Timestamp
Notary Events	Signature	Timestamp
Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 March 2024 22:17
Certified Delivered	Security Checked	28 March 2024 22:48
Signing Complete	Security Checked	28 March 2024 22:49
Completed	Security Checked	28 March 2024 22:49
Payment Events	Status	Timestamps
Electronic Record and Signature Disclosure		

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.